

O 25 DE ABRIL NA IMPRENSA ESTRANGEIRA



MUNICIPAIS DE LISBOA

(469) "1974"

O 25 DE ABRIL NA IMPRENSA ESTRANGEIRA

R.1732/95357



PUBLICAÇÕES DOM QUIXOTE

323. 27 (469) . 1974 "

070 " 1974 "

© *The New York Review of Books*, Nova Iorque; *The New York Times*, Nova Iorque; *International Herald Tribune*, Paris; *L'Express*, Paris; *Le Monde*, Paris; *Le Monde Diplomatique*, Paris; *The Guardian*, Londres; *The Economist*, Londres; *Newsweek*, Nova Iorque; *Neue Zürcher Zeitung*, Zurique; *Triunfo*, Madrid; *Time* (A. E. I., Lisboa), e Publicações Dom Quixote.

Tradutores: *Calado Trindade, Edite Maria dos Santos Almeida, Liz Silva, Luís Mesquita Dias, Manuel Lopes, Manuela Alves, Maria Isabel Vila Nova, Maria Sobral e Paulo de Almeida.*

Capa e orientação gráfica: *Fernando Felgueiras.*

Desenho da capa: *Fons van Woerkom.*

Todos os direitos para Portugal reservados
por Publicações Dom Quixote, Rua Luciano Cordeiro, 119 — Lisboa

COLABORAÇÃO DE:

GINIGER, Henry — Redactor do *The New York Times*, de que é correspondente em Madrid para a Península Ibérica.

HASTINGS, Adrian (Padre) — Missionário inglês, que se tornou mais conhecido em Portugal pela divulgação que fez na Imprensa britânica dos massacres de Wyriamu.

HÖTTINGER, Arnold — Correspondente na Península Ibérica e no Médio Oriente do jornal suíço *Neue Zürcher Zeitung*.

HOWE, Marvine — Redactora do *The New York Times*, correspondente no Rio de Janeiro.

LEGUINECHE, Manuel — Jornalista da revista espanhola *Triunfo*.

MAXWELL, Keneth — Redactor do *New York Review of Books*.

NIEDERGANG, Marcel — Jornalista do diário francês *Le Monde*, enviado a Portugal para fazer a «cobertura» do «25 de Abril».

PAUTARD, André — Jornalista do semanário francês *L'Express*.

RAMONET, Ignacio — Redactor da publicação mensal francesa *Le Monde Diplomatique*.

ÍNDICE

<i>Portugal: uma revolução asseada</i> , por Kenneth Maxwell	11
<i>A explosão portuguesa</i> , por André Pautard	33
<i>Um livro, uma canção e depois uma revolução</i>	41
<i>Um cavalheiresco golpe de Estado em Portugal</i>	55
<i>O desabamento de uma ditadura</i> , por Ignacio Ramonet	63
<i>Perder um império, ganhar respeito</i> , por Henry Giniger	77
« <i>O movimento de oficiais</i> » de Portugal como força revolucionária, por Arnold Höttinger	83

OBSERVAÇÕES MARGINAIS:

<i>Portugal: o golpe de Estado é apenas o começo</i> , por Marvine Howe	95
<i>Ventos de separação</i> , pelo Padre Adrian Hastings	99
<i>O medo da congolização</i> , por Marcel Niedergang	105
<i>Spínola explica a descolonização</i>	111
<i>Portugal: a incerteza do dia seguinte</i>	113
« <i>Nada de Chile...</i> », por Marcel Niedergang	117
<i>A hierarquia católica continua à margem das transformações políticas</i> , por Marcel Niedergang	125
<i>Retrato de um capitão</i> , por Manuel Leguineche	131

INFORMAÇÕES SOBRE A GUERRA COLONIAL EM MOÇAMBIQUE

1ª.) Em relação aos massacres de Wiryanu e Chavola, a cerca de 30 km. a sul de Tete, em Dezembro de 1972, obtiveram-se, dum elemento militar que neles participou, algumas precisões que se creê serem inéditas:

- a) A 6ª. Companhia de Comandos foi enviada para aquela zona, em operação heliportada, por um Tenente-Coronel, Comandante da Região Militar de Tete, com sua ordem expressa de «limpar o terreno e matar tudo o que tivesse alma, pois era região 100% terrorista».
- b) A 6ª. Companhia era constituída por três grupos, o 1º. comandado pelo alferes António Melo (também comandante da Companhia), o 2º. pelo alferes Periquito e o 3º. por um alferes negro.
- c) o 1º. grupo deteve-se numa das aldeias, depois de ter detectado nas proximidades algumas minas, reuniu toda a população na maioria velhos ^{mulheres} e crianças e quem deu ordem de entrar nas palhotas após o que as fez destruir à gra-

Fragmento de um relatório secreto elaborado, ainda durante a vigência do regime de Caetano, por oficiais portugueses que serviram em Moçambique e que partilhavam do ponto de vista do general Spínola da impossibilidade de uma solução militar para os territórios ultramarinos, documento que, conhecido posteriormente «lá fora», alertou a imprensa estrangeira para algo que estava para acontecer em Portugal. Curiosamente, o relatório foi publicado na íntegra pelo diário «The Guardian», Londres, em 23 de Abril, dois dias antes, portanto, do «25 de Abril».

PORTUGAL: UMA REVOLUÇÃO ASSEADA

por **Kenneth Maxwell**

I

O colapso do Portugal fascista foi súbito e paradoxal. Passados quarenta e seis anos de um regime autoritário, de golpes abortados e de gestos quixotescos de oposição, um golpe meticulosamente planeado por jovens oficiais depôs o velho regime em menos de doze horas. Em Lisboa e no Porto, centenas de milhares de pessoas saíram para as ruas a saudar como libertadores os militares. Para presidir a uma Junta de Salvação Nacional, os capitães convidaram o general António de Spínola.

António de Spínola tem sido incompreensível para um mundo farto do rigor dos círculos militares que se arrogam um monopólio da verdade, cerceiam as liberdades civis e mantêm o seu poder à custa da tirania e da tortura. António de Spínola, modelo dos oficiais de cavalaria, pugnou por um debate aberto e por uma democracia de participação. No seu primeiro decreto, os militares portugueses instituíram a liberdade de palavra e de reunião, permitiram a organização de sindicatos, prometeram a realização de eleições por sufrágio universal, garantiram a imediata amnistia aos prisioneiros

Tradução de Calado Trindade

THE NEW YORK REVIEW OF BOOKS / Nova Iorque, 13 de Junho de 1974

políticos e dissolveram a polícia política, célebre pela sua brutalidade.

Durante mais de quatro décadas, a política portuguesa foi a coutada exclusiva de severos paternalistas defensores de um sistema social e político virtualmente impenetrável ao mundo exterior. De súbito, e por todo o lado, apareceram socialistas e comunistas. Os dirigentes da oposição regressaram e foram acolhidos como filhos pródigos, escoltados por soldados deferentes em uniformes desajustados e com espingardas no cano das quais despontavam cravos vermelhos. Em 24 de Abril, numa quarta-feira, os cartazes de propaganda difundiam a imagem de felizes multidões multirraciais de banhistas nas praias de «sol e sonho» de Moçambique; em 26 de Abril, sexta-feira, as paredes encontravam-se adornadas da foice e do martelo. Os velhos liberais estavam horrorizados. Era de mais, em tão pouco tempo.

Era indubitável ter chegado o fim de um sonho. Portugal foi o pioneiro da expansão ultramarina europeia e, embora tivessem soçobrado impérios maiores e ainda mais esplêndidos, Portugal resistia, com uma tenacidade embaraçosa. Enquanto as outras nações da Europa tinham acabado com o colonialismo e construía supermercados e auto-estradas, Portugal era um anacronismo incómodo. Tornou-se moda dizer que a Ibéria, com os seus regimes arcaicos e as suas filosofias obscurantistas, era algo não verdadeiramente europeu. Contudo, durante mais de dois séculos, a própria Europa pouco mais representava do que a Ibéria aos olhos do resto do mundo. Mas foi o «europeísmo» dos acontecimentos de Abril que lhes deu um especial significado. O regime derubado, cuja ideologia nascera nos anos 20 e cujas instituições e aparelho repressivo tinham a marca dos anos 30, continham muito do recente passado europeu; quanto a tudo o mais, Portugal exagerava, quase ao ponto do absurdo, as racionalizações do imperialismo europeu.

No seu livro «Portugal e o Futuro», publicado em Fevereiro deste ano, o general Spínola demoliu os mitos do império africano. Spínola argumenta que é absurdo, paternalista e hipócrita acreditar que Portugal defenda em África o Ocidente e a civilização ocidental, que ali permaneça por um direito histórico ou vocacional, que possua uma missão divina de civilizar mortais mais atrasados. Neste livro procura demonstrar que a operação militar portuguesa está votada ao fracasso.

Largamente versado na literatura de insurreição e dos movimentos de libertação, caloroso admirador do presidente Leopold Senghor, do Senegal, com o qual se encontrou secretamente, profundamente conhecedor da sociedade e da cultura africanas e de como as explorar, Spínola conclui que a chave da luta não se encontra no traiçoeiro campo de batalha, mas sim na mente da população. Defende o claro reconhecimento dos direitos de autodeterminação, através do estabelecimento de instituições democráticas e da aceitação do governo de maioria nas colónias. Continua convencido de que quando a população africana puder manifestar a sua preferência decidirá continuar ligada a Portugal numa espécie de federação livre de Estados autónomos. Descreve, com um certo pormenor, a possível estrutura dessa federação.

Spínola regressou a Lisboa em Setembro, depois de ter passado cinco anos nos fétidos pântanos da Guiné Portuguesa, um território com uma população de metade da de Lisboa, onde a força expedicionária portuguesa de 36 000 homens representava um soldado por cada quinze civis, e considerado como sem qualquer esperança económica mesmo pelos maiores monopolistas portugueses. Ao defender a adopção de uma nova orientação política, Spínola baseia-se em cálculos económicos impiedosos. Ele acredita que o futuro de Portugal se encontra inequivocamente ligado ao da Europa; que a guerra interminável está a comprometer fatalmente as possibilidades de aproximar o nível de vida português dos

padrões aceitáveis na Europa. Uma nação atrasada, isolada, de pouco mais de 8 milhões de pessoas e que lutava pela industrialização não podia continuar a gastar 50 % da despesa nacional em operações militares e a manter um exército de 210 000 homens. Particularmente quando aqueles que eram chamados a combater não tinham voz política e a população se encontrava cada vez mais indisposta com o regime.

É curioso, mas inteiramente apropriado, que um general, lendário pela sua bravura em acção e armado apenas com um monóculo cintilante, luvas brancas e um pingalim, tenha posto fim à era do «heroísmo». Tal como afirmou, «as nações preferem viver prosaicamente» a desaparecer em glória.

Quando, em Fevereiro, o seu livro apareceu nas livrarias de Lisboa, Spínola ocupava o segundo lugar mais importante no esquema defensivo português, sendo responsável pelas guerras em África. Era um herói do regime, o homem ideal para dizer o que não podia ser dito. Agora, Spínola é considerado como o homem que derrubou o governo do primeiro-ministro Marcelo Caetano. Mas torna-se cada vez mais evidente que ele foi escolhido principalmente por ser o veículo indicado para os pontos de vista do governo de Caetano que o mesmo não podia publicamente subscrever. Spínola era, afinal de contas, o filho de um íntimo colaborador do antigo ditador Oliveira Salazar, e um voluntário nos exércitos franquistas durante a guerra civil espanhola, observador junto do Exército alemão no cerco a Leninegrado, antigo comandante da pretoriana Guarda Republicana. O seu livro defende uma posição que muitos oficiais do Exército, tecnocratas e economistas, do governo ou não, incluindo o próprio Caetano, acreditavam permitisse a Portugal retomar a iniciativa, subtrair-se a posições insustentáveis e terminar com o seu isolamento diplomático.

Foi um duplo erro de cálculo. Tanto o oportunista Caetano como o pragmático Spínola falharam na compreensão de que os mitos tomam algumas vezes o poder de realidades. A

extrema-direita, a qual, de qualquer modo, não tinha confiança em Caetano, apercebeu-se imediatamente de que as raízes do sistema salazarista tinham sido postas em questão. Os velhos fascistas que tinham criado o regime e gastado as suas vidas ao seu serviço, consideraram um anátema o tom liberal e democrático do livro de Spínola. «Portugal e o Futuro» tornou-se um «best-seller» entre um público que chegara à conclusão de ser impossível a um governo defender a participação popular e instituições democráticas em África, ao mesmo tempo que as negava em Portugal. A áspera linguagem de Spínola fez dele um herói ao mesmo tempo que demoliu Caetano, cujas frequentes promessas de «liberalização», continuamente quebradas, lhe tinham retirado todo o crédito. O livro de Spínola foi mais do que suficiente para encher de pânico os interesses da direita, nos quais sempre lavrara a suspeita de que o sucessor de Salazar era um cordeiro liberal metido numa pele de lobo.

Nos seus esforços por manterem o Poder, os dirigentes da extrema-direita tinham virado o Estado fascista de pernas para o ar. Caetano denominara o sistema português de uma «presidência exercida pelo primeiro-ministro». No entanto, via-se agora em confronto com o chefe do Estado, Américo Tomás, de 79 anos de idade, e com as suas ameaças de utilizar o seu poder legal para demitir o governo. Em 14 de Março, um mês depois de ter aparecido o livro de Spínola, o almirante Tomás insistiu em que Caetano reunisse Spínola, o general Costa Gomes, seu superior, e 120 velhos generais tolhidos pelo reumático para fazerem um penhor de lealdade aos mitos que Spínola acabara publicamente de repudiar. Spínola e Costa Gomes recusaram e foram imediatamente demitidos. A extrema-direita não compreendeu que não podia evitar uma crise generalizada aos mais altos níveis do governo. As preocupações com a África tinham-se limitado a ocultar o grau de destruição provocado pelos anos do governo de Caetano nas próprias bases do Estado corporativo português.

O Dr. Salazar manifestou sempre um profundo desagrado por qualquer espécie de mudanças. Quando, no princípio da década de 30, edificou o seu «Estado Novo», confinou deliberadamente Portugal dentro dos tradicionais padrões económicos e sociais. Arcaico, isolado e puritano, rejeitando a industrialização como precursora dos problemas de classe e do trabalho, glorificando uma tradição salutarmente rural e folclórica, o Portugal de Salazar foi firmemente lançado contra o século XX. Ou, talvez, à frente do século XX, pois Salazar era um precursor dos ecofascistas. A maioria da população continuou ligada à agricultura. O regime promoveu um mito da família como a origem básica da «harmonia social». O próprio Salazar, com o seu olhar de míope fixo às despesas mais insignificantes, fez do equilíbrio orçamental o seu ídolo. E, durante quarenta anos, manteve esse equilíbrio. Mas os custos humanos do ecofascismo foram consideráveis: Portugal tinha os mais altos níveis de analfabetismo, de mortalidade infantil e de doenças infecciosas da Europa ocidental, e o mais baixo rendimento «per capita».

O ditador recluso não rejeitou todas as ofertas do mundo moderno. Copiou de Mussolini as suas leis de trabalho e dos nazis as suas técnicas policiais. A polícia política (P. I. D. E.) espalhou por todo o país a sua influência insidiosa, baseada numa rede de colaboradores e de espiões. Não havia qualquer recurso contra a sua brutal perseguição e contra a sua tendência para as torturas. As pessoas tornaram-se furtivas, desconfiadas e silenciosas, temerosas do perigo que as espreitava em qualquer conversa de natureza política. A Guarda Republicana (G. N. R.) e a polícia de segurança paramilitar (P. S. P.) forneciam agentes para todas as casas de espectáculos e outros locais de reunião pública. Ambas esmagavam brutalmente qualquer protesto do público. A Legião Portuguesa, milícia organizada para lutar ao lado de Franco, cheia

de saudações romanas e de camisas verdes, era o outro braço paramilitar do regime. Salazar criou um terror «moderado» para reprimir o descontentamento popular ou, pelo menos, para o ocultar aos olhos do estrangeiro; era um terror incansável, vigilante, e tinha uma eficácia devastadora.

No entanto, o sistema salazarista gozava do apoio de importantes sectores da população. No Norte de Portugal, as propriedades rurais eram incrivelmente pequenas e a constituição de Salazar impediu que fossem ainda mais fragmentadas, ao estabelecer que a autoridade paterna desse precedência ao filho mais velho em detrimento dos direitos legais dos outros filhos. As filhas eram muitas vezes forçadas pela ditadura paterna a conservar-se celibatárias e os outros filhos a emigrarem. A constituição do «Estado Novo» fortaleceu a posição do «chefe» da família, reservando ao pai o direito de exercer as «responsabilidades cívicas», incluindo a de votar.

Contudo, 50 % da terra arável de Portugal corresponde a 1 % das propriedades agrícolas. As províncias do Centro e do Sul (com excepção da região costeira meridional, o Algarve) são dominadas por latifúndios. Os grandes proprietários tinham-se aliado aos banqueiros, em 1925, para formar uma União de Interesses Económicos destinada a combater a «subversão social». Depois do golpe de 1926, tornaram-se fortes sustentáculos do regime. Um pequeno número de conglomerados financeiros e industriais fundiu-se, a maioria dos quais controlados por um punhado de famílias poderosas: os Melo, Champalimaud, Quina, Queiroz Pereira, Espírito Santo. Estas famílias desfrutavam muitas vezes de um monopólio quase perfeito dos mercados lucrativos e de um acesso privilegiado aos produtos de valor. A C. U. F. (Companhia União Fabril), dos irmãos Melo, dominava a economia da Guiné Portuguesa, e controla actualmente 70 % do mercado português de tabaco. O grupo familiar Champalimaud controla quase toda a produção nacional de cimentos.

Salazar, que dava pouca atenção às pompas do cargo e raramente aparecia em público, governou como presidente do Conselho de Ministros. Reservou a posição cerimonial do chefe do Estado a militares reformados. Quando a cadeira de lona de Salazar caiu, em 1968, mergulhando-o em estado de coma, do qual nunca mais recuperou, coube ao almirante Américo Tomás substituí-lo. Tomás, um simples mas obstinado adepto de Salazar, mostrou-se relutante em nomear Marcelo Caetano. Mas verificou-se um hiato bizarro até 1970, pois o moribundo Salazar recusava-se resolutamente a morrer, e Tomás parecia num receio constante de que o velho voltasse à vida e perguntasse porque fora substituído.

A nomeação de Caetano foi recebida com alguma esperança. Fez algumas declarações liberais. Alguns deputados «liberais», entre os quais Pinto Balsemão, o editor do dinâmico semanário «Expresso», foram eleitos para a Assembleia Nacional com a bênção tácita de Caetano. Criou-se uma nova lei de imprensa. Autorizou-se a publicação de uma variedade mais ampla de livros. A «Seara Nova», a revista modernamente socialista da oposição intelectual, publicou análises sociais e económicas de cunho cada vez mais crítico. Mas, na sua base, o regime de Caetano consistiu numa mudança de nomes, e não de substância. A P. I. D. E. passou a ser a D. G. S., mas a burocracia da velha polícia secreta continuou entrincheirada e regressou às piores das suas antigas técnicas quando apareceram na extrema-esquerda alguns pequenos grupos de acção revolucionária. A censura passou a chamar-se «exame prévio», mas os mesmos censores actuavam nos mesmos gabinetes e a discussão de muitos assuntos continuou a ser totalmente proibida. Nas eleições de 1973, a oposição democrática, face a uma perseguição contínua, boicotou as eleições, tal como o tinha feito nos anos anteriores.

Mas as mudanças reais não foram no campo da política. Esse foi o problema. Caetano queria combinar um capitalismo liberal ambicioso com uma extrema prudência política; isto

não podia dar resultado num país onde as instituições tinham sido criadas para resistir tanto ao capitalismo quanto ao liberalismo. A crise económica sobreveio mais rapidamente onde era menos esperada, onde o seu impacte total tinha sido (e continua a ser) largamente ignorado — no campo. Em Lisboa, os dirigentes económicos, atamancando a economia sem o recurso a quaisquer estatísticas dignas de crédito, trabalhando com um sistema económico e social em que as verdadeiras forças da riqueza e do Poder se encontravam dissimuladas, continuavam a acreditar que a agricultura acabaria por se desenvencilhar sozinha. Embora os relatórios da O. C. D. E. acerca de Portugal advertissem que a base económica da produção agrícola estava a ser destruída, a reacção e as medidas tomadas por Lisboa foram insignificantes. A negligência pelos problemas da agricultura levou até ao ponto de ruptura um dos principais sustentáculos do velho regime.

A causa era simples. A emigração tornara-se uma hemorragia, ao mesmo tempo que as remessas de dinheiro dos emigrantes escondiam as consequências sociais e económicas do abandono das povoações. As condições de vida dos trabalhadores portugueses em França não são de modo algum ideais, mas o salário mínimo pago em França é maior do que o salário ganho no seu país por 92 % da população portuguesa. Entre 1960 e 1971, emigraram 900 000 portugueses, a maioria dos quais de idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos. Isto significa 180 pessoas por cada 1000, no Norte de Portugal, e 135 por 1000 na região do Algarve, na costa meridional. Os jovens que ficavam viam-se perante o mínimo de quatro, e por vezes seis anos, de serviço militar. Já em 1960, em 44 % de Portugal, a taxa de natalidade era insuficiente para manter o nível demográfico, e a ausência de jovens do sexo masculino tinha um efeito catastrófico no equilíbrio demográfico. Durante a última década, Lisboa e Porto foram as únicas cidades que cresceram, e a população total decresceu para cerca de 8 200 000.

As consequências manifestaram-se pela subida de preços e pela escassez de alimentos. Os níveis de produção agrícola são excepcionalmente baixos em Portugal: as colheitas de trigo são de metade da média europeia, as do arroz três vezes inferiores e as de cevada quatro vezes. A extrema carência de mão-de-obra levou a uma baixa de produção agrícola nas grandes propriedades não compensada pelo aumento da mecanização, embora os grandes proprietários recebessem créditos agrícolas e subsídios para a produção de cereais. Os emigrantes tinham tendência de comprar propriedades como investimento, especialmente no Norte e no Algarve, e este facto subtraiu à produção ainda mais solos ao passo que fazia subir o seu valor num mercado especulativo. Os campos jaziam incultos devido à falta de trabalhadores quando deviam ser submetidos a culturas diversificadas ao longo do ano.

Quando viajei através de Portugal, nas semanas anteriores ao golpe, uma grande parte da província parecia ter sido visitada pela praga bubónica. Havia povoações inteiras moribundas, estradas desertas e campos abandonados. Vi nos muros em ruínas de casas fechadas escritos simples que denunciavam a polícia e o elevado nível dos preços; em muitos cruzamentos encontravam-se guardas republicanos com carabinas e bicicletas — de pouca utilidade contra um exército mas bastante eficientes contra velhas mulheres em vagarosos carros de bois.

Os estrangeiros invadiam o território abandonado pelos portugueses. O número de turistas aproximava-se do milhão: os espanhóis eram os mais numerosos, seguidos pelos americanos, ingleses, franceses e alemães. Havia também colonos: 10 000 ingleses no Algarve, velhos casais inofensivos, na sua maior parte, destroços de outro passado imperial, incapazes de se adaptarem à sua própria terra húmida e cheia de contestações, à procura de nativos dóceis, criados baratos, e de sol. O turismo trouxe vários progressos, particularmente às calmas vilas piscatórias transformadas em bases para hotéis mons-

truosos. Por vezes, havia ódio nos olhos daqueles cuja maneira de viver estava a ser transformada, e um certo ressentimento ao aceitarem os seus empregos de criadas de quarto ou de empregados de mesa. O estado prodigalizava fundos públicos para os hotéis de turismo, principalmente para os de luxo, muitos dos quais pertenciam e eram administrados por estrangeiros.

A maior parte dos turistas era encerrada em bolhas de sol, que se enchiam no Verão com grandes nórdicos rosados e se contraíam no Inverno para receberem alguns portugueses.

O próprio isolamento destas bolhas turísticas tornava-as atraentes para os portugueses metidos na ratoeira de uma sociedade estultificada e reprimida. Os jovens empregados de escritório e burocratas faziam campismo no Verão com as famílias, rodeavam-se de uma sensação de riqueza e de estrangeiros e mudavam de roupa para o seu dia de trabalho na cidade. Havia um pouco de aventura nisto e uma certa liberdade. Não havia muito tempo que um ministro da Informação banira todas as menções ao «campismo» (1) como se fosse uma palavra pornográfica. A juventude portuguesa tornou-se uma imitadora dos modos turísticos de comportamento.

No seu livro, o general Spínola mostrou-se preocupado com a deserção psicológica da juventude da classe média. Contudo, esta deserção era apenas um sintoma de um descontentamento muito mais profundo, do qual o sinal mais visível eram as atitudes exageradas dos jovens. A classe média, na sua maior parte urbana, voltava as costas ao campo, rejeitando o carácter predominantemente rural do estado corporativo; este, através da sua promoção pomposa da brilhante cultura folclórica, da música e da arte dos meios rurais portugueses, conseguira apenas sufocar estas manifestações. Vi-

(1) Em português no original. (N. do E.)

vendo em apartamentos iguais uns aos outros, recheados de móveis medonhos e de candeeiros de plástico, com os seus carros importados a obstruírem os pequenos troços das estradas principais, a classe média portuguesa desejava apenas ser «europeia».

Aqueles que pertenciam a boas famílias e tinham relações comerciais podiam sempre recorrer à pequena corrupção e ao nepotismo para mitigarem o carácter autoritário do Estado. No entanto, a industrialização, a guerra e a subida dos preços significavam a transformação das pequenas estratégias, das negociatas e dos subornos da classe média num sistema intollerável de especulação e de favoritismo. Os empresários mais pequenos e as empresas de tipo familiar, florescentes e protegidas durante o regime salazarista, viam-se atacados pelos ministros da economia de Caetano com a alegação de que eram «antieconómicos». O comércio de retalho e de distribuição foi invadido por homens de negócios «modernos» e competitivos, dispendo de grandes capitais. A política governamental financeira dos anos de 1971 e 1972 encorajava a consolidação e a fusão de empresas. Os efeitos desta política nos sectores de distribuição e de fornecimento de mercadorias consistiram na formação descontrolada de enormes lucros que o Estado pretendia ignorar. Desapareceram do mercado muitos artigos, até o bacalhau, um dos principais alimentos dos Portugueses.

O acontecimento mais dramático foi a mudança de direcção sofrida pela própria oligarquia. A C. U. F. transformara-se num enorme aglomerado de mais de 100 companhias. É a maior empresa da Península Ibérica e controla um décimo do capital empresarial português. Os velhos monopólios tinham perdido a sua importância, e a C. U. F., tal como o grupo Champalimaud, associara-se nos últimos anos a empresas estrangeiras, numa tentativa de substituir, ou pelo menos de complementar, as suas aventuras coloniais e metropolitanas através de investimentos mais lucrativos no Brasil, Estados

Unidos e Europa. A mais notória e bem sucedida dessas empresas de participação do capital estrangeiro era a Lisnave, um complexo de construção e de reparação naval, na qual a C. U. F. se encontra associada a duas companhias holandesas e a duas suecas. Estrategicamente situada na rota principal dos petroleiros que demandam a Europa, a Lisnave tem encomendas de trabalhos de doca seca para os próximos dez anos e encontra-se especializada na construção de cascos para petroleiros gigantes, cuja construção é finalizada na Suécia. É escusado dizer que para Caetano e para os seus peritos económicos, os conglomerados eram empresas «bem administradas» e, por conseguinte, dispunham de uma importante fracção da ajuda estatal para investimentos, de incentivos fiscais preferenciais e de subsídios.

No entanto, a internacionalização dos grandes conglomerados representava a desintegração da velha aliança entre os proprietários da terra e os interesses financeiros e industriais. Os economistas do governo começaram a criticar não apenas as minúsculas propriedades fragmentadas dos proprietários agricultores, mas também os grandes latifundiários, os quais, com excepção dos produtores de carne, se recusavam teimosamente a melhorar as técnicas de produção. Os industriais mostravam-se impacientes com a deficiente estrutura bancária e financeira do país e com a falta de informações válidas para a tomada consciente de decisões económicas. Estavam ansiosos por utilizar as importantes poupanças portuguesas (cerca de 20 % do P. N. B. em 1972) para investimento.

Condenavam acerbamente a guerra, ainda que o não fizessem abertamente em público, devido à sua influência nas graves crises de mão-de-obra, aos gastos de dinheiro necessário ao desenvolvimento e ainda ao facto de ameaçar as possibilidades de entrada de Portugal no Mercado Comum Europeu devido ao envenenamento das relações internacionais de Portugal.

Durante o ano de 1973, cerca de 48 % das exportações portuguesas destinaram-se à C. E. E. e 15 % aos territórios ultramarinos. Quarenta e cinco por cento das importações portuguesas provieram da C. E. E.; 10 % dos territórios ultramarinos. Os industriais sabiam que o isolamento de Portugal era mais um estado psicológico do que uma realidade económica. O general Spínola era amigo deles. Ajudou a obter para o grupo Champalimaud o monopólio nacional da produção do aço. Uma associada da C. U. F. publicou o seu livro, no qual defende o aumento do investimento industrial, o descompromisso africano e um futuro europeu. O estado corporativo de Salazar e de Tomás tornou-se um autêntico estorvo para os grandes interesses económicos que alimentara.

III

Ao passo que a política, a economia e a vida social portuguesas se tinham tornado asfixiantes e irreais, continuava a ser necessária uma força armada para fazer uma revolução. As guerras africanas tinham criado esta força: um Exército cada vez mais radical com uma hierarquia desunida.

À medida que a luta contra os movimentos de libertação nos territórios portugueses entrava na sua segunda década, surgiram grandes divergências entre os principais generais. Alguns dos governadores civis e comandantes militares em África eram homens ambiciosos que se tornaram importantes figuras públicas em Lisboa. Spínola era um deles, embora o menos típico. Enquanto na Guiné, contactara principalmente com os africanos negros e com os representantes dos interesses comerciais portugueses, mais para o sul, em Moçambique e em Angola, homens como Luz Cunha, Silvério Marques e Kaulza de Arriaga governavam territórios com populações de colonos brancos, com íntimas relações diplomáticas e militares com a África do Sul e com a Rodésia, e grandes recursos

económicos explorados cada vez mais intensamente desde os anos 60 por corporações multinacionais.

Kaulza de Arriaga, enquanto governador de Moçambique, era também membro da administração da Petrangol, uma filial da empresa belga Petrofina, embora este facto não fosse anunciado pela companhia porque isso seria «indiscreto». As suas opiniões sobre a guerra africana e a posição de Portugal reflectiam directamente as posições da África do Sul e da Rodésia; exprimiam de forma extrema muitas das ideias que Spínola criticou mais tarde no seu livro. Nos finais de 1973, Kaulza de Arriaga envolveu-se numa conspiração para derrubar Caetano e substituí-lo por um candidato de maior confiança das direitas, o Dr. Franco Nogueira, banqueiro lisboeta e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Salazar, ou o Dr. Adriano Moreira, antigo ministro do Ultramar, e então funcionário superior da Standard Electric, filial portuguesa da I. T. T. Quando a conspiração falhou, Kaulza de Arriaga tornou-se um visitante habitual do almirante Tomás; Luz Cunha, seu cunhado, foi nomeado para substituir Costa Gomes como chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.

Na outra extremidade do corpo de oficiais, os capitães tinham-se organizado em 1973 com o objectivo de obterem melhores vencimentos e condições de trabalho; contudo, a profunda frustração provocada pela guerra e pelas tensões internas que originava no seio do Exército obrigavam em breve o «movimento das forças armadas» a tornar-se mais político. Quando, em finais de 1973, a guerra de África se tornou mais intensa, estes oficiais mais jovens tiveram de suportar uma grande parte da carga. Logo a partir dos primeiros levantamentos em Angola, o Exército sentiu dificuldades em atrair os jovens para a Academia Militar, e viu-se forçado a formar oficiais a partir de jovens chamados às fileiras («milicianos») (1). Muitos deles eram antigos estudantes universitários

(1) Em português no original. (N. do E.)

que desde os primeiros anos da década de 60 tinham sofrido intensamente a acção da política repressiva do regime. Estes soldados civis, com as suas carreiras, vida familiar e perspectivas profissionais severamente comprometidas, mostravam ainda menos entusiasmo pelo combate do que os recrutas que comandavam. Contudo, por pouca confiança que oferecessem em acção militar, o Exército, com 160 000 homens na frente africana, dificilmente poderia funcionar sem eles.

O ónus da guerra recaía principalmente sobre um número de militares do quadro relativamente pequeno e cada vez menor, alguns dos quais enfrentavam pela quinta vez a sua mobilização ultramarina de dois anos. Assim, um programa para integrar os «milicianos» no quadro permanente era uma afronta para estes homens e também não era bem acolhido pelos próprios «milicianos», que viam nesse programa um simples estratagema para alargar ainda mais o seu período de serviço obrigatório. A situação tornava-se ainda mais grave devido à existência de um corpo de oficiais gerais arrogantes e incompetentes, que tinham ganho os seus galões em períodos menos difíceis, e passavam a maior parte do seu tempo a fazer favores aos familiares e amigos ou a aumentar as suas fortunas, em lugar de se entregarem seriamente aos seus deveres militares.

O livro de Spínola e, em particular, a sua demissão, causaram profundas perturbações no meio dos capitães. O general gozava entre eles de uma elevada reputação por honestidade e qualidades de comando. Em muitos aspectos, os seus pontos de vista reflectiam os dos próprios capitães. A experiência destes em Moçambique, especialmente nos princípios de 1974, serviu-lhes de incitamento. Três factos pareciam claros.

Em primeiro lugar, o Exército português estava a defender as fronteiras ocidental e meridional das supremacias brancas, regimes cuja filosofia repugnava aos ideais que se afirmava

que eles estavam a defender e que os chefes louvavam em público e desprezavam em privado.

Em segundo lugar, combatiam para que os recursos económicos pudessem ser explorados por multinacionais estrangeiras que só se mostravam leais para com aqueles que detinham o Poder e prometiam estabilidade.

Em terceiro lugar, estavam a proteger colonos brancos que se viravam contra eles com violência e aversão.

Esta análise só era surpreendente na medida em que era feita por oficiais de carreira, e que era uma consequência irónica dos estudos feitos nos cursos de formação, nomeadamente acerca da experiência «contra-insurreccional» dos franceses e dos americanos. Esta experiência ensinava que aquilo que os Estados Unidos não tinham conseguido fazer no Vietname, a despeito dos seus vastos recursos e contingentes, ou a França na Argélia, seria absolutamente impossível a Portugal em África. E as obras de Mao, Giap e dos movimentos africanos de libertação davam, afinal de contas, algumas das razões dessa impossibilidade. Havia também o medo da derrota; ou, como Spínola disse, de uma «amputação» pararela à de Goa, de onde os portugueses tinham sido expulsos pelo Exército de Nehru. O Exército fora então publicamente injuriado pela perda sofrida e os seus oficiais tinham sido submetidos a conselho de guerra e licenciados. Igualmente alarmantes eram os sintomas de atrofia e de depressão, de novo mais evidentes em Moçambique, e já prefigurados pelo Vietname: a «marijuana» e o massacre.

Com o presidente Tomás e os seus aliados da ultradireita no Poder, os capitães compreenderam que em breve teriam de agir. Os perigos de demora eram evidentes. Um fluxo constante de reaccionários bem conhecidos visitava diariamente o palácio de muros cor-de-rosa de Tomás. Nos jornais, as fotografias deste eram cada vez maiores ao passo que as de Caetano se tornavam cada vez mais pequenas. Em 17 de Março, a guarnição das Caldas da Rainha fez um levantamento pre-

maturado. A depuração de elementos oposicionistas do Exército, que já durava havia meses, tornou-se então mais rigorosa. Vários majores e capitães já tinham sido presos ou destacados para postos no interior de Portugal ou nas ilhas atlânticas; o director da Academia Militar fora substituído. Em 18 de Abril, o ministro do Interior deslocou-se ao Porto e pronunciou um discurso que ocupou a emissão nocturna da TV; terminava com uma citação ameaçadora desse velho mestre cujas palavras se tinham cuidadosamente evitado desde 1970, Oliveira Salazar.

O povo estava aterrado. O mesmo acontecia com os dirigentes das grandes empresas. A última coisa que desejavam era um regresso ao salazarismo, o que poria em risco até as modestas vitórias liberais do governo de Caetano e tornaria virtualmente impossível uma transição pacífica para o sistema mais aberto a que aspiravam agora. Os capitães, como um deles mais tarde afirmou, precisavam de um «símbolo». Os industriais não queriam assistir à derrocada do sistema. Mas se este devia cair, então que o fizesse de uma maneira graciosa. Foi este o conjunto de circunstâncias que fez do general Spínola o homem indispensável.

São precisos dois para fazer uma revolução sem sangue. Durante as últimas horas críticas do Estado corporativo português, Caetano e Spínola desempenharam o seu papel de forma magistral. Era perfeitamente possível haver uma oposição armada à conquista do Poder. Tanto a polícia de segurança paramilitar (P. S. P.) como a guarda republicana (G. N. R.) poderiam resistir e tê-lo-iam feito se tal lhes fosse ordenado. Oitenta por cento do Exército português e a maior parte do seu equipamento encontram-se em África. Em Portugal só há tropas de combate no total de cerca de 8000 homens e uma divisão blindada incompleta. Fosse como fosse, os dias de Caetano estavam contados. Ele tinha pouco interesse numa vitória da extrema-direita. Há um ponto em

que a inacção se torna tão poderosa e eficaz como a acção. Em face das perspectivas de violência e das possibilidades de uma insurreição popular, a transferência pacífica de autoridade para o general Spínola era eminentemente desejável.

Em 25 de Abril, em vez de se retirar para o refúgio fortificado preparado pelo governo para tais emergências, Caetano dirigiu-se para o quartel da Guarda Republicana no centro de Lisboa. Tratava-se do corpo de guarda que já fora comandado por Spínola; nunca estivera em dúvida a sua lealdade ao Poder. O quartel da Guarda Republicana era o sítio ideal para Caetano entregar o Poder a Spínola, permitindo a ambos salvar as aparências e desorganizar a principal fonte defensiva e organizada do velho regime. A odiada polícia política (P. I. D. E.) foi claramente dissolvida. Mas isto dissimulava o facto de que as principais «forças da ordem», a P. S. P. e a G. N. R., continuavam intactas. O lema de Caetano era «Evolução na Continuidade». O de Spínola poderia ser «Continuidade através da Revolução».

As flores murcham depressa. Um livro escrito para destruir mitos descobriu que as instituições baseadas em tais mitos eram mais frágeis do que alguém poderia prever, incluindo o próprio Spínola. Se «Portugal e o Futuro» se tornou um catalisador da revolução, o facto é que não era essa a sua intenção. O derrube do Estado corporativo foi a parte mais fácil. As realidades consequentes são amargas e difíceis de abordar, tanto em Portugal como, e muito mais ainda, em África.

Em primeiro lugar, as instituições e a experiência democráticas têm de ser criadas a partir de um vácuo, e o novo gabinete civil, composto de comunistas, socialistas e tecnocratas liberais, ainda é estreitamente controlado pela Junta Militar. O Partido Comunista, que manteve uma organização clandestina mais disciplinada do que qualquer outro grupo, e que, ao contrário do Partido espanhol, continua a ser inspi-

rado pela linha de Moscovo, terá agora um poder considerável, particularmente na organização dos trabalhadores e na contenção adequada das suas reivindicações. Há muito tempo que os partidos radicais portugueses atribuem ao Partido uma influência prudente e até conservadora; agora, o único Partido Comunista que partilha o Poder em qualquer dos países da Europa ocidental terá um profundo interesse em fazer triunfar um regime de coligação aliado a Spínola e ao Exército.

Mas o cada vez maior poder de negociação dos trabalhadores, conjugado com a necessidade de mais emprego para prosseguir na industrialização, pode levar à deterioração do nível de vida excepcionalmente confortável da classe média portuguesa. À medida que se desvanece a recordação do Estado corporativo, pode igualmente enfraquecer o entusiasmo pelos benefícios revolucionários da liberdade e de uma sociedade mais aberta, face às perdas no rendimento e na personalidade. As pequenas empresas familiares continuarão a sofrer devido à crescente concentração e modernização da economia.

Além disso, o Governo Provisório herda uma inflação virulenta e terá de enfrentar, mais tarde ou mais cedo, a crise rural e a questão da reforma agrária. A direita, embora por enquanto se mostre calma, conserva a sua força e não deixará de explorar estes descontentamentos à medida que se manifestem. Em Espanha, para onde fugiram muitos membros da polícia política portuguesa, o governo de Franco tem um interesse compreensível pela falência da revolução. Qualquer eventual deterioração da situação política e económica da Europa comprometerá as esperanças portuguesas de entrada para a Comunidade Europeia e reduzirá igualmente, a curto prazo, as receitas do turismo e as remessas dos emigrantes, tão vitais para a economia portuguesa.

A rápida resolução do problema africano é essencial na medida em que se pretenda orientar fundos para o investimento produtivo. As condições para a resolução do problema

da Guiné-Bissau são favoráveis, e em Angola parece viável uma solução de acordo com o modelo de Spínola; contudo, em Moçambique a situação mostra-se um tanto volátil devido ao poder das forças da Frelimo, à presença de uma comunidade branca de colonos excitados e aos interesses vitais da África do Sul e da Rodésia nos portos e caminhos-de-ferro de Moçambique, particularmente o porto e a via férrea da Beira, que é a principal ligação da Rodésia com o mar.

Não obstante, os acontecimentos em Lisboa foram notáveis e as suas causas menos obscuras do que sugerem os seus paradoxos. Quando, depois do golpe, o dirigente Álvaro Cunhal chegou a Lisboa, sublinhou a necessidade de prudência. Nesse mesmo dia, Spínola encontrou-se com o Sr. Champalimaud, o Sr. Manuel de Melo, o Dr. Miguel Quina e o Sr. Manuel Espírito Santo, que continuam a representar os principais poderes económicos de Portugal. Champalimaud afirmou mais tarde: «A pretexto de ponderação limitava-se drasticamente a actividade daqueles que tinham iniciativa. Qualquer atraso na simplificação da situação económica, mesmo antes da sua reestruturação, levará à perda de oportunidades valiosas...» Afinal, aconteceu o que devia acontecer. Estas oportunidades valiosas estavam na mente do Sr. Champalimaud há muito tempo. Apesar de tudo, o que se fez foi uma revolução liberal à moda antiga. Uma vez que não são muito frequentes hoje em dia, os velhos liberais esquecem quão revolucionárias se podem tornar as revoluções liberais.

A EXPLOÇÃO PORTUGUESA

por André Pautard

Como crianças após o seu primeiro copo de vinho, os Portugueses estão ébrios. Ébrios de palavras e de gestos recentemente descobertos. Ébrios de uma liberdade que aprendem com a falta de jeito dos cegos que milagrosamente começaram a ver. «Vivíamos há quarenta e oito anos na noite ditatorial.» Também, para eles, a bebida conta hoje menos que a ebriedade. Pelo menos neste momento...

Uma semana após o golpe de Estado, Lisboa sacia-se de cortejos, de discursos, de canções. Os seus habitantes cobrem as estátuas, os corpetes, as lapelas e as metralhadoras dos soldados com flores vermelhas. Os antigos informadores da polícia política são perseguidos como ratos. Os fuzileiros navais acompanham, infatigáveis, as manifestações de rua. E, por toda a parte, se ouve, lengalenga ingénua e, ao mesmo tempo, ameaçadora, este «slogan» que crianças, civis e militares gritam em unísono: «O povo unido jamais será vencido.» Potemkine nas margens do Tejo.

Aliás, o filme é projectado numa sala da cidade. Com certeza, nem os manifestantes nem os marinheiros o viram.

Mas a gente política portuguesa conhece o significado do símbolo. Mário Soares, secretário-geral do Partido Socialista, deixa-se levar pela ilusão lírica de uma grande confraternização da qual a esquerda moderada saísse vitoriosa. Álvaro Cunhal, que dirige o Partido Comunista, avalia severamente as ambiguidades da situação. E o pequeno grupo de jovens oficiais que, em 25 de Abril, derrubaram o regime salazarista mostra-se menos apressado que o previsto em entregar aos cidadãos a gestão dos assuntos políticos.

«Continuamos vigilantes — diz um major implacável e esguio como um frade pregador do tempo de S. Domingos. — Daremos, certamente, o poder político aos civis. Contudo, analisaremos constantemente o seu modo de exercê-lo. Pois queremos continuar com árbitros.» Pesada ameaça que aumenta ainda mais a confusão da situação portuguesa.

Crise nervosa

Foram as Forças Armadas que venceram o regime fascista que há quarenta e oito anos se opunha obstinadamente ao sentido da História. À cabeça da Junta, chamado pelo movimento dos jovens oficiais, um general de 63 anos, pingalim e monóculo, António de Spínola. Combateu em Espanha ao lado dos franquistas. Observou, do lado alemão, a batalha de Estalinegrado. Na Guiné, comandou a repressão contra os nacionalistas africanos. E agora abraça os socialistas e os comunistas vindos do exílio, declara feriado nacional o 1.º de Maio e faz-se aclamar por uma população em que se misturam soldados de camisa aberta levantando o punho. São coisas duras de roer...

Para tentar compreender estas coisas é preciso observar a origem do «putsch». No 25 de Abril, de madrugada, uma emissora de rádio de Lisboa difunde uma canção proibida, lancinante como um fado: «Grândola, vila morena». É o sinal.

Nos arredores da cidade, sete unidades, comandadas por outros tantos capitães e majores conjurados, preparam-se para entrar na capital, o que depressa aconteceria. A Guarda Nacional Republicana tenta resistir. A polícia política entrincheira-se nos seus quartéis e dispara sobre a multidão. Mas o poder civil entrega-se.

O velho almirante Américo Tomás, chefe do Estado, e Marcelo Caetano são presos ao mesmo tempo. Segundo testemunhas, o presidente do Conselho terá manifestado «muita compreensão». É certo que, tanto à sua esquerda como à sua direita, se sentia ameaçado. O ministro dos Negócios Estrangeiros, ao contrário, terá cedido a uma espectacular crise nervosa e, sujo pelos vômitos, foi autorizado a ficar em Lisboa. Os dois chefes do Executivo, cabisbaixos, seguidos pelos seus ministros da Defesa e do Interior, partem então para o exílio na ilha da Madeira, tendo sido cumprimentados, porém, no aeroporto pelo homem que acabava de destituí-los, o general Spínola.

A multidão da capital ainda não sabe tudo isto. Mas nos fortes de Caxias e de Peniche os presos políticos estão ao corrente. Nas encomendas entregues de manhã havia cravos vermelhos, sinal combinado. A flor ficará como emblema, simultaneamente do golpe de Estado e da libertação. Estes presos abandonarão rapidamente as cadeias, onde alguns definhavam desde 1947. Os antigos dirigentes da polícia política irão ocupar o seu lugar.

Nenhum almirante

Em Bona, onde visitava o ministro socialista da Defesa, Mário Soares é acordado de madrugada. Na véspera, tinha prevenido o seu hóspede: «Seria conveniente pôr os americanos ao corrente, pois vai acontecer qualquer coisa em Por-

tugal.» Em vão. Então, exulta de alegria e explica que há um mês que estava informado das intenções dos oficiais.

Mas o movimento ainda continua anónimo. Como o primeiro levantamento do passado 16 de Março, que os capitães explicam assim: «Quisemos experimentar a capacidade de resistência do regime.» É designado o seu chefe: o general Spínola, cuja demissão espectacular tornara popular. «Ele não sabia de nada», dizem os que o rodeiam. Isso agora — o seu ajudante de campo estava bastante comprometido na primeira tentativa. E, no intervalo dos dois golpes, directa ou indirectamente, multiplicou os contactos. Uma junta de seis oficiais reuniu-se à sua volta. Não haverá nenhum almirante entre eles: o alto Estado-Maior naval contraria o movimento. Em compensação, marinheiros e oficiais subalternos aderem resolutamente, talvez até com exagero...

Não foi, pois, o general Spínola quem derrubou o regime. Foram os jovens oficiais. O general Galvão de Melo, membro da Junta, declara: «Este assunto foi obra dos capitães, os quais, depois de terem executado com êxito o seu golpe de Estado, chamaram os oficiais da sua confiança para confiar-lhes a responsabilidade política.» Note-se, sinal dos tempos, que a confiança, aqui, segue a ordem inversa da hierarquia. Consequentemente, o cheque não está sem cobertura.

Longe disso. Entre os estrategos que presidem à Junta, os jovens oficiais que a observam, os partidos políticos brusca-mente reanimados, a multidão em delírio e as tropas que se manifestam com ela, forma-se uma impressionante rede de ambiguidades.

Sem nota falsa

Que querem os oficiais? «Restituir o prestígio às Forças Armadas» — responde o major Mariz Fernandes, membro do Movimento. Através desta fórmula bastante vaga, é toda a

condição militar que está posta em causa em Portugal. Um país de pobres onde, como a Igreja no século XVII, unicamente o Exército pode oferecer uma promoção social. Os oficiais empenhados há treze anos na última guerra colonial do mundo vivem à margem: dois anos de combate em África, um no país. Sem compensações financeiras. Nem sequer a consolação de participar num empreendimento de prestígio como, outrora, a conquista de continentes desconhecidos. Por isso, vão sublevar-se. Porque sabem de antemão que a guerra está perdida. Porque começam a compreender que é injusta. Porque se apercebem de que serve de pretexto para a repressão interna...

E a sua insurreição autoriza o regresso dos dirigentes políticos no exílio. Começam a chegar. Da varanda da estação de Santa Apolónia, vasto edifício cor de creme, Mário Soares dirige-se à multidão. É um advogado de 49 anos, bem constituído, símbolo e espelho das classes médias. Preso e depois libertado, vive há quatro anos em Paris. Manifesta a sua alegria, as suas certezas e o seu agradecimento às Forças Armadas. Acrescenta, pondo brutalmente o dedo no problema candente do país: «É preciso acabar com a guerra colonial, reconhecer aos africanos o direito à autodeterminação e à independência.» Já dizia isto numa entrevista ao «L'Express», há quase dois anos...

O quiproquó

No dia seguinte, véspera do 1.º de Maio, chega por sua vez Álvaro Cunhal, secretário-geral exilado de um P. C. clandestino. Tem 59 anos. Um rosto autoritário coroadado de cabelos brancos. Evadido em 1960 do forte de Peniche, vem de Praga, via Paris. Chove no aeroporto, onde 2000 pessoas o esperam. Rostos graves, onde transparece toda a tragédia da alma portuguesa. São operários, em número verosimilmente

calculado: marcado pelo hábito da sombra, o P. C. não quer sair completamente à luz, como se estivesse desconfiado. Alvaro Cunhal fará também a sua proclamação. Mas o acaso — ou o sentido da encenação — favorece-o. É do alto de um tanque coberto de bandeiras vermelhas, em torno do qual os soldados e o serviço de ordem comunista desenham um baixo-relevo semelhante à «Marselhesa» de Rude (1), que ele proclama também o direito das colónias à independência.

Os dois homens são recebidos sucessivamente pelo general Spínola, que lhes exprime as suas posições. Fim da guerra, sim. Independência imediata e completa, não. Ou então, «será um fracasso para o génio da raça portuguesa». Depois de seis dias de ilusão lírica, revela-se o quiproquó: no ponto mais importante, as Forças Armadas e os partidos de esquerda não estão de acordo.

A esquerda quer que acabem os combates. As Forças Armadas também. Extenuam-se na África e temem, sobretudo na Guiné, qualquer coisa semelhante a um Dien Bien-Phu. A esquerda quer negociações imediatas. As Forças Armadas não dizem que não, desejando secretamente privilegiar nos seus contactos ou uma terceira força ou a expressão mais moderada do nacionalismo. Quando comandava na Guiné, o general Spínola procurava «promover as 'élites' locais». E a Junta acaba de ordenar a abertura dos postos administrativos aos indígenas.

A esquerda quer que se organize rapidamente um escrutínio de autodeterminação. As Forças Armadas, essas querem que fique para mais tarde. Consideram que os africanos «ainda não estão suficientemente maduros». Não escondem o seu desejo de convencê-los a conservar laços federais com Portugal. O temor da separação das colónias estabelecerá uma

(1) François Rude (1784-1855) é um escultor francês autor do grupo da «Marselhesa», no Arco do Triunfo, em Paris. (N. do E.)

surdina neste desacordo e o ponto de atrito não será, por enquanto, um ponto de ruptura. Contudo, soa como uma nota falsa na sinfonia democrática composta no 25 de Abril: constituição de um governo provisório de unidade nacional, liberdade de associação política antes da designação de uma Assembleia Nacional e, um ano depois, eleições gerais.

O apoio das massas

As formações políticas preparam-se para fazer a sua jogada. Para a esquerda, a unidade nacional provisória parece aceitável. Com a condição de que exclua a direita salazarista derrotada. Também com a condição de que dê lugar, a prazo, a um regime de união da esquerda. Daí as manobras de sedução dirigidas pelo P. C. e pelo P. S. para os cristãos mais ou menos progressistas...

As Forças Armadas observam. Em menos de uma semana, acabam de fazer a aprendizagem da realidade do Poder. O general Spínola conferencia com banqueiros e industriais — que não saem descontentes da entrevista. Alguns oficiais instalam-se nos gabinetes ministeriais para dirigir a Administração. Renovam-se os governadores civis. Tudo acontece como se o general Spínola estivesse decidido a ocupar o lugar de chefe do Estado. E não somente a título provisório. Finalmente, quando se pergunta pelos critérios que permitirão a formação de novas associações políticas, a Junta responde: «Será o da verdadeira representatividade. Isto é, o apoio das massas.»

Hoje, quem recebe o maior apoio das massas são as Forças Armadas. O incenso destas aclamações poderia subir-lhes à cabeça. Procuram-se exemplos, bons ou maus, da situação actual de Portugal: a França da Frente Popular ou do Programa Comum, o Chile de Salvador Allende. Ainda ninguém se atreve a falar do Peru dos capitães...

Um simples sinal

Estranha ambiguidade a que cobre de incerteza esta revolução em que se misturam episódios imitados da libertação de Paris, da independência de Argel ou da Sorbonne de Maio de 1968. Na quarta-feira passada, Lisboa inteira veio para a rua festejar o seu primeiro 1.º de Maio: «É a liberdade livre» — gritava um português.

No estádio coberto de bandeiras, de punhos levantados, de mãos dadas formando o V da vitória, a esquerda celebrava, no meio do ronrom dos discursos, o seu próprio renascimento. À noite, no centro da cidade, a extrema-esquerda maoísta mobilizava em cortejos os marinheiros barulhentos e os jovens dos miseráveis subúrbios de Benfica ou de Sacavém. Uma, escolheu prudentemente a periferia da capital para local de ajuntamento. A outra, instalava uma desordem barulhenta e excitada no coração dos bairros ricos. Uma, desfiava a ladainha de justas reivindicações inscritas nas suas bandeiras. A outra, passeava pela mão dos marinheiros cartazes que incitavam os soldados a romper as fileiras e a formar «comités» operários.

Impassíveis, as Forças Armadas dominavam estas ondas. E, do alto da sua autometralhadora, um capitão de 30 anos, de queixo espetado, luvas nas mãos, olhava para esse cartaz em que estava exposto um simples sinal. Insólito e significativo. Um ponto de interrogação.

UM LIVRO, UMA CANÇÃO E DEPOIS UMA REVOLUÇÃO

«O futuro de Portugal depende de uma adequada resolução da guerra em que estamos metidos [...] não é a unidade nacional que está em causa, mas sim a unidade imperial, e a consciência actual não aceita impérios.»

General António de Spínola (em «Portugal e o Futuro»)

Estas vibrantes palavras, contidas no texto de um livro profundo de 243 páginas que saiu há menos de três meses, soaram, na semana passada, do coração de uma revolução em Portugal. Convencido de que as intermináveis guerras africanas em defesa do último império europeu se tinham tornado um fardo insuportável, uma junta militar derrubou o regime ultraconservador do primeiro-ministro, Marcelo Caetano, e enviou-o para o exílio. Como novo dirigente de Portugal, os oficiais escolheram António de Spínola, de 64 anos, o decidido soldado-herói de monóculo cujo livro veio a ser o dobre a finados de um trágico fracasso nacional. Pelo menos de momento, o autor de «Portugal e o Futuro» é a chave do futuro de Portugal.

O golpe, bem planeado e quase sem derramamento de sangue, realizou-se em menos de um dia. Enquanto os tanques ressoavam através das ruas estreitas e empedradas da zona antiga de Lisboa e tomavam posições em redor dos principais edifícios governamentais, Caetano e os seus ministros procuravam desesperadamente a protecção da paramilitar Guarda Republicana. Mas, após os rebeldes terem disparado breves rajadas de fogo automático sobre o seu refúgio no quartel do Carmo, na Baixa, o primeiro-ministro compreendeu que a sua hora tinha chegado. Resignadamente disse a Spínola, a quem destituíra dois meses antes do cargo de vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas: «Estou em posição de lhe entregar o Poder, para que este não caia na rua.»

Direitos básicos

Lá fora, a disposição da multidão era mais de festa que de fúria. Os espectadores passaram a maior parte do dia observando curiosamente os tanques e oferecendo cigarros e sandes aos soldados. Quando Spínola chegou ao quartel com toda a aparência de uma figura tipo De Gaulle que não conspirava para tomar o Poder, mas meramente acedera ao apelo dos conspiradores — milhares de pessoas à sua volta aplaudiram freneticamente. Mais tarde, Spínola apareceu na Televisão para apresentar a Junta de Salvação Nacional, de sete homens. Esta incluía o seu antigo chefe, general Francisco da Costa Gomes, que fora destituído juntamente com Spínola; mais um general, um brigadeiro, um coronel do Exército, um capitão de fragata e um capitão-de-mar-e-guerra. Spínola declarou que a Junta assumia o compromisso de restaurar as «liberdades fundamentais», que se procederia a eleições para uma assembleia legislativa dentro de um ano e que as guerras africanas terminariam de um modo que garantisse «a sobre-

vivência da nação como Estado soberano no seu todo pluri-continental».

Pelos padrões da maioria das nações do mundo livre, isto não seria muito revolucionário. À excepção do estabelecimento de liberdades civis básicas no país e da tentativa de pôr fim à guerra em África, a nova Junta não parecia advogar qualquer alteração profunda na vida portuguesa. Muitos diplomatas esperavam que a política externa se mantivesse em moldes muito semelhantes, e Spínola declarou especificamente que Portugal continuaria membro efectivo da N. A. T. O., provavelmente permitindo que os Estados Unidos continuem a utilizar as bases aéreas estratégicas dos Açores.

Além disso, não era claro o modo exacto como Spínola planeava pôr em prática este programa. A poderosa direita portuguesa não é susceptível de tolerar de bom grado um período de rotura na sociedade mais estagnada da Europa ocidental e, deste modo, Spínola pode ainda encontrar séria oposição ao seu governo. No entanto, poucas dúvidas restavam de que as mudanças convulsivas, embora pacíficas, da última semana em Lisboa teriam implicações importantes tanto em Portugal como mais além.

É quase certo que a equação se alterou dramaticamente na guerra colonial portuguesa de treze anos, em África. Spínola, que criou a sua reputação em África, está convencido de que as guerras não se podem vencer pela força militar e que muitos negros dos territórios estariam de acordo em se juntar a uma «comunidade lusíada» na qual teriam «controle» sobre quase todos os problemas internos e participação em Lisboa na direcção da política internacional. Se essa solução se mostrar viável, uma retirada militar portuguesa afectará não só os seus territórios mas também o resto da África de dominação branca. Tanto a Rodésia como a África do Sul têm ajudado Portugal na sua vã campanha de propaganda, em parte para manter o maior número possível de guerrilheiros negros fora das suas fronteiras. As notícias de Lisboa

provocaram sobressalto em Pretória e Salisbúria, que receberam que as lutas nacionalistas possam aproximar-se um pouco mais dos seus países.

Os emigrantes

A Espanha, vizinha de Portugal na Península Ibérica, não ficou menos abalada. Embora o governo de Francisco Franco se abstinhasse de qualquer comentário oficial ao «putsch» de Lisboa, os artigos dos jornais realçaram as novas liberdades civis portuguesas. Disse um socialista espanhol: «Agora vemos uma nação considerada como um irmãozinho pobre proclamando efectivamente uma espécie de democracia.»

Para os 8 800 000 habitantes de Portugal «metropolitano», a mudança de governo representou um primeiro passo incerto no caminho de melhores dias. Dado que cerca de metade do orçamento anual de 1 000 300 000 dólares, bem como 170 000 homens, eram necessários para fazer a guerra, muitos portugueses não usufruíram da prosperidade europeia dos anos 60 e 70. Devido principalmente à desastrosa economia interna, mais de 1 600 000 portugueses emigraram para outros países; as suas remessas para o país constituem a maior fonte de entrada de divisas, à frente do próprio turismo. Durante a sua permanência e trabalho no estrangeiro, como Spínola notou no seu livro, «os portugueses estão a adquirir uma visão diferente do mundo» da propagandeada no país. O resultado foi o de pressionar a necessidade de uma mudança.

É evidente que foi necessária uma grande pressão. Os Portugueses têm sempre reivindicado como territórios seus parcelas africanas, desde os tempos das históricas viagens de descobrimento de Vasco da Gama e do infante D. Henrique. Ao longo dos anos, milhares de portugueses emigraram para África, onde se tornaram agricultores, mineiros e negociantes.

tes — e, numa escala muito superior à da maioria de outros colonos europeus, muitos deles casaram com nativas. Como resultado, indivíduos cor de café, extraordinariamente atraentes, produto da mistura de raças — muitos dos quais vivem em Portugal — raramente sofreram o opróbrio de designações pejorativas. De facto, como mais do que um preto americano assinalou com ironia, Portugal estabeleceu um dos melhores recordes mundiais de tolerância racial.

Todavia, a África portuguesa dificilmente poderia escapar à pressão de «uhuru» (liberdade) à medida que o movimento alastrava inexoravelmente a todo o continente nos anos 50 e princípios de 60, com a retirada dos ingleses e dos franceses. Não constitui, pois, surpresa que os africanos portugueses tivessem rapidamente entrado em conflito com António Salazar, o austero celibatário de vontade de ferro que governou Portugal durante cerca de quarenta anos, até à sua morte, em 1970. Em 1961, Salazar enviou as primeiras tropas portuguesas para combater em África numa tentativa de dominar uma ameaça crescente por parte da Frente Nacional para a Libertação de Angola (F. N. L. A.). Para financiar as despesas crescentes da luta, a obediente Assembleia Nacional de Salazar lançou um «imposto de guerra» de 15 % sobre muitos bens de consumo. Além disso, fez com que quase todos os portugueses de sexo masculino cumprissem quatro anos de serviço militar obrigatório.

O destino dos portugueses em África sofreu, mais tarde, um revés indirecto, em 1961, quando tropas indianas invadiram o minúsculo vice-reino português de Goa. Os defensores portugueses renderam-se sem perda de vidas, e a derrota não só provocou extremo embaraço entre o aristocrático meio militar português mas também uma quebra na moral das tropas a combater noutros locais. Em consequência, o envelhecido Salazar jurou não ceder uma polegada a ninguém. Em resposta a alguns críticos que se queixavam de que a guerra em África estava a provocar a atrofia económica no país, o dita-

dor esbanjou fundos em alguns projectos de prestígio — por exemplo, a maior ponte suspensa da Europa, denominada Salazar, e que atravessa o estuário do Tejo, mas nunca se desviou da política de permanência em África.

Cantão inexpressivo

Neste turbilhão militar surgiu, em 1968, um brigadeiro chamado António de Spínola, que fora enviado de Lisboa para prestar serviço como comandante e governador Militar da Guiné. Filho de um abastado homem de negócios, que aconselhava frequentemente Salazar em questões financeiras, Spínola cresceu em Lisboa e na estância de Sintra e, aos 20 anos, entrou para a Escola do Exército, o West Point português. Combateu como voluntário ao lado de Francisco Franco na guerra civil espanhola. Em 1941 Spínola, jovem e promissor oficial de um país simpatizante do fascismo, foi enviado para um estágio na Wehrmacht de Adolfo Hitler e visitou, mas não combateu, a frente alemã de Leninegrado. Após a segunda grande guerra, esteve em serviço nos Açores, comandou a unidade principal de Lisboa da Guarda Nacional Republicana e ofereceu-se como voluntário para servir em Angola quase logo que a guerra ali rebentou. Entre comissões, Spínola, no seu cavalo favorito, «Aquiles», competia frequentemente em concursos hípicas nacionais e internacionais. Tão rígido nos seus hábitos pessoais como no seu comportamento militar, Spínola almoçava todos os dias em Lisboa no mesmo restaurante no terraço de um hotel e frequentava fielmente o mesmo barbeiro durante trinta anos. Era — e ainda é — abstémio.

Ao chegar à selva escaldante e aos intransponíveis pântanos da Guiné, Spínola encontrou a moral militar lugubrememente baixa. Nos cinco anos que ali esteve de serviço, tornou-se uma pertinaz legenda à moda de MacArthur tanto para as

tropas como para os colonos e rebeldes. Monóculo firmemente encaixado no olho direito, pingalim seguro com desenhadura debaixo do braço, o arrojado Spínola parecia estar em todo o lado — na linha da frente dos combates, nas aldeias nativas, em fazendas longínquas. Gritava encorajamento às suas tropas, exortava os pretos a aconselhar o Governo Militar em questões administrativas e importunava Lisboa com pedidos de fundos para a criação de postos clínicos e escolas em aldeias nativas, que obtinha. Quanto mais contactava com os nativos mais se convencera de que os rebeldes e a sua luta de guerrilhas nunca seriam completamente vencidos, mas que a grande maioria de pretos coloniais poderia ser conquistada para o lado do Governo por um acordo leal. Spínola nunca advogou a independência total para as colónias alegando que, sem elas, Portugal se tornaria um mero «cântão inexpressivo da Europa».

Diz-se que até teve reuniões secretas com o falecido chefe rebelde Amílcar Cabral, pelo qual foi criando uma espécie de respeito contrafeito (e vice-versa). «Apesar de tudo, Cabral é português — explicou Spínola a um visitante admirado. — Deveríamos ser capazes de resolver o problema pela via do diálogo.»

Outra resposta

No seu regresso à Metrópole, no Outono passado, Spínola foi recebido como autêntico herói. Foi-lhe concedida a Ordem da Torre e Espada, a mais alta condecoração portuguesa. Além disso, um novo posto como vice-chefe no Estado-Maior General das Forças Armadas foi criado especialmente para ele por Caetano, o ex-catedrático que sucedeu a Salazar em 1968. No entanto, as homenagens não impediram Spínola de sentir uma frustração crescente. Apesar dos gestos simpáticos de Caetano, a política do Governo em relação à campanha de

África tornou-se cada vez mais rígida. O que fez transbordar a taça foi, segundo alguns observadores, a publicação de «The Portuguese Answer», um livro escrito pelo antigo governador-geral de Moçambique, general Kaulza de Arriaga, glorificando a actuação dos soldados portugueses em África. Spínola decidiu responder escrevendo «Portugal e o Futuro».

Longe de uma gloriosa vitória, escreveu Spínola, a verdade sobre a resposta ao dilema africano consiste em «não haver solução militar viável». A actual política de Lisboa, disse, «comprometerá irremediavelmente a sobrevivência» de Portugal devido ao pesado fardo financeiro e, portanto, tem de ser alterada. Os pretos coloniais «ainda acreditam na possibilidade de um estado autónomo dentro da comunidade portuguesa», no qual possam eleger os seus próprios governos locais e «sentir-se inteiramente iguais». No entanto, sublinhou não pretender que o livro fosse um apelo à revolução, mas sim um contributo para «um debate franco e racional e — porque não? — uma consulta à nação».

O livro de Spínola tornou-se um imediato sucesso de vendas (teve duas edições) — e foi dinamite política em Portugal. Entre os que não desejavam promover a discussão racional da situação africana contava-se o presidente Américo Tomás, que se considerava a si próprio como o repositório máximo do solazarismo e tinha o apoio dos portugueses super-ricos, as chamadas 100 famílias. Sob pressão de Tomás, o primeiro-ministro, Caetano, convocou, no passado mês de Março, uma assembleia sem precedentes dos principais chefes militares do país, na qual estes deveriam aprovar uma resolução de compromisso de fidelidade ao Governo. Nem Spínola nem o general Costa Gomes compareceram e, poucas horas depois, eram ambos sumariamente afastados do Governo.

No entanto, Spínola tinha encontrado eco junto de um grupo fundamental: os inquietos e frustrados oficiais das Forças Armadas. Cômscios de que as guerras de África poderiam,

na melhor das hipóteses, eternizar-se num interminável beco sem saída, compreenderam perfeitamente que os militares poderiam ter de aceitar eventualmente as culpas pelo que seria, na realidade, um fracasso político. Diz Francisco Pinto Balsemão, editor do semanário liberal «Expresso»: «Os oficiais do quadro estão fartos da guerra e muito preocupados com a humilhação que se seguiu a Goa.» De facto, o descontentamento dos militares estava generalizado não só aos oficiais. Uma geração inteira de recrutas portugueses voltou para Lisboa desiludida. Dizia um político de um dos primeiros governos de Caetano: «A guerra é impopular porque a vida dos indivíduos é interrompida por quatro anos e depois o soldado regressa em estado de choque. Fica perturbado pela violência e por uma guerra que não compreende.»

Em 16 de Março, evidentemente convencidos de que o momento da revolução chegara, um quixotesco grupo de 200 oficiais, sargentos e praças marchou das Caldas da Rainha com destino a Lisboa. Foram rapidamente desarmados pela Guarda Nacional Republicana, e até Spínola considerou o acto «pueril». Mas o regime de Caetano apercebeu-se de que se preparava um desfecho final — e desta vez a sério. Nas semanas seguintes foram presos muitos oficiais, e tropas de lealdade duvidosa confinados às suas guarnições; onze missionários católicos e o bispo de Nampula foram expulsos de Moçambique e presos dúzias de dissidentes portugueses.

Proibidos por lei de participar em reuniões políticas, um número invulgar de portugueses — especialmente das Forças Armadas — aproveitaram o prematuro tempo primaveril de Lisboa para organizarem «piqueniques familiares». Mas o verdadeiro objectivo destas surtidas estava menos relacionado com «sandes» do que com subversão. Um documento fundamental circulou entre os conspiradores, o «Manifesto D. D.» (de «democratização» e «descolonização»). Ficou combinado que a senha do golpe seria transmitida pela rádio: às 10.55 da noite anterior à acção da Junta, um locutor anunciaria as

horas e transmitiria logo a seguir o disco «E depois do Adeus», por Paulo de Carvalho, a canção portuguesa concorrente ao último festival europeu da canção. Duas horas mais tarde, a emissora transmitiria uma canção folclórica contendo no texto as palavras «vila morena».

O papel de Spínola nestes planos não é claro, embora a vigilância regular da polícia secreta à sua casa, numa área residencial de Lisboa, o impedisse provavelmente de participar activamente. Qualquer que fosse o seu papel, a música foi transmitida no horário, ao fim da noite de quarta-feira e às primeiras horas de quinta. Ao longo da noite, unidades de artilharia e infantaria pesada em «jeeps» rodaram em direcção a pontos estratégicos em Lisboa e no Porto. Os lisboetas acordaram com tanques cercando o Ministério da Defesa, o palácio presidencial, o banco nacional, e o Aeroporto da Portela de Sacavém.

À parte o minicerco ao quartel do Carmo, o fogo mais forte foi disparado da sede da polícia secreta portuguesa, a odiada D. G. S. (Direcção-Geral de Segurança). Compreensivelmente receosos pelas suas vidas se saíssem, os agentes barricaram-se lá dentro. A certa altura, um grupo tentou fugir numa carrinha, atirando selvaticamente sobre uma multidão de espectadores do veículo em andamento. Morreram cinco civis e outros 40 ficaram feridos no ataque. Um dos homens da D. G. S. foi morto a tiro e os outros que tentavam fugir forçados a regressar ao seu reduto. Por fim os resistentes renderam-se sem mais luta e foram escoltados por entre uma multidão que gritava «Assassinol!». Foi a última bolsa de resistência conhecida ao golpe. No conjunto, em números não oficiais, não houve mais de uma dúzia de mortos.

O presidente Tomás — que fugira para o aquartelamento de uma unidade fiel de lanceiros — foi preso pouco depois da rendição de Caetano. Juntamente com cinco dos principais ex-ministros, ambos concordaram em aceitar exílio na conhecida estância de férias portuguesa, a ilha da Madeira. Num

comovedor gesto de compaixão, Spínola acompanhou os dirigentes depostos ao avião e abraçou Caetano à porta.

Spínola não perdeu tempo a pôr em prática alguns dos aspectos «democratizadores» do D. D. Numa conferência de imprensa, anunciou a dissolução do grupo da velha guarda da Acção Nacional Popular, único partido político legal no país, e prometeu que haveria liberdade de reunião, possibilitando aos votantes a constituição de novas «associações políticas» para a preparação de eleições livres. Além disso, garantiu que a maior parte da censura seria abolida.

As edições de sábado de muitos jornais diários lisboetas saíram com anúncios especiais de que o seu conteúdo não tinha sido visado pela censura oficial. Não precisavam de o dizer: a maioria trazia longas reportagens sobre a libertação de prisioneiros políticos e uma fotografia de um suspeito de pertencer à D. G. S. a ser interrogado — com as calças meio descidas.

Talvez que o gesto mais popular da Junta tenha sido a ordem para a libertação imediata de cerca de 170 prisioneiros políticos encarcerados na grande prisão sombria de Caxias, situada numa colina sobranceira a Lisboa. Na capital, a repórter da «Time», Martha de la Cal, presenciou a cena e escreveu: «Dirigindo as tropas que libertaram Caxias estava o coronel Mário Abrantes da Silva, cujo filho era um dos prisioneiros. A mulher do coronel explicou: 'A Junta confiou a meu marido o comando da libertação de Caxias por o tocar tão fundo. Todas as noites, durante um ano e meio, ele chorou o nosso filho.' Durante anos dizia-se que a D. G. S. torturava os presos políticos; esses rumores estão hoje confirmados tanto por funcionários da prisão como pela descoberta de instalações de tortura.»

Entre as vítimas de torturas conta-se Hermínio da Palma Inácio, o famoso «Pimpinela Escarlata» da política portuguesa, que desorientou as autoridades portuguesas durante anos com

roubos a bancos e outros delitos audaciosos, antes de ser capturado, no ano passado. Companheiros de prisão de Palma Inácio disseram que este foi severamente espancado.

«Portugal é livre»

No fim-de-semana, segundo o repórter da «Time», Steve Englund, o ambiente em Lisboa era ainda sobretudo de incontida euforia. Homens discutiam política nos cafés, estudantes desfilavam pelo Rossio com cartazes reclamando o direito à greve e a formação de sindicatos livres — demonstração impensável no tempo de Caetano. Dizia um: «A nossa longa, longa noite acabou. Portugal é livre». Admirava-se um motorista de táxi: «Quem pensaria alguma vez que isto fosse possível em Portugal?»

Infelizmente, a exuberância deu lugar a excessos desagradáveis nalguns locais. Reclamando por os militares estarem a ser demasiado morosos na libertação dos presos políticos, uma multidão de espectadores em Caxias começou a impacientar-se visivelmente. Agentes da D. G. S., verdadeiros ou imaginários, eram atacados por vários grupos, e um grande número de manifestantes arrombou a sede desocupada do gabinete de censura, numa antiga mansão, lançando depois o mobiliário pelas janelas fora e saqueando os arquivos. O editor do diário pró-caetanista «Época» teve de ser evacuado por soldados.

Tais incidentes demonstraram o perigo evidente de que o quase inteiramente pacífico golpe de Spínola possa ainda transformar-se em algo menos agradável. Além disso, mesmo que este consiga fazer face aos primeiros dias de instabilidade de um Portugal Novo sem graves passos em falso, enfrenta o grande desafio de cumprir a sua promessa de uma solução viável em África. Por mais bem pensado que seja o seu plano para uma federação, não será tarefa fácil encon-

trar uma resposta que satisfaça os guerrilheiros, os militares e os colonos. «Autodeterminação não deve confundir-se com independência» — avisou Spínola após o golpe. No entanto, um homem que iniciou a sua revolução escrevendo um livro, por certo confia em que a razão prevaleça.

UM CAVALHEIRESCO GOLPE DE ESTADO EM PORTUGAL

Os Portugueses sempre tiveram uma maneira muito sua de fazerem as coisas. Mesmo aquele sangrento espectáculo ibérico, a tourada, adquire em Portugal uma característica especial, cavalheiresca, pois o touro nunca é morto. Na semana passada, um grupo estreitamente coordenado de oficiais do Exército aplicou essa tradição civilizada a um acto muitas vezes violento — um golpe militar. Mal se disparou um tiro, e apenas um punhado de vidas se perderam quando os rebeldes atacaram e — em treze horas — arrebataram o «controle» do país das mãos do regime caduco e ultraconservador que manteve Portugal num sistema feudal. No entanto, embora tenha sido calmo e rápido, o golpe assinalou uma nova era na história.

Pôs termo a cerca de meio século de uma ditadura férrea em Portugal — e prometeu acabar com uma série de violentas guerras coloniais no distante império africano de Portugal.

Poucas horas depois de instalado o novo governo tornou-se evidente que o país enfrentava mudanças revolucionárias. O incolor primeiro-ministro, Marcelo Caetano, e o incansável presidente da ala direita, Américo Tomás, foram desterrados para a ilha da Madeira e substituídos pelo herói

nacional número 1, o general António Sebastião Ribeiro de Spínola. E embora Spínola dificilmente se possa considerar como liberal, com o seu olhar glacial e as suas maneiras prussianas, o facto é que prometeu instituir um conjunto avassalador de reformas democráticas: a libertação de todos os prisioneiros políticos, a liberdade de imprensa, eleições livres dentro de um ano e uma Assembleia Nacional representativa. Para os 8 800 000 portugueses, a maior parte dos quais nasceu depois do golpe de 1926 que instalou no Poder o ditador António Salazar, estas promessas eram como que a realização de um sonho e acolheram-nas com entusiásticos desfiles e manifestações. Um diplomata declarou: «É tal e qual como as comemorações da libertação na Europa ocidental, no final da segunda guerra mundial.»

O general Spínola, que se esperava viesse a governar com poderes virtualmente ilimitados, foi logo considerado como uma espécie de Charles de Gaulle português — um homem que restabeleceria a unidade entre os portugueses e que os libertaria de onerosas entraves além-fronteiras. Se isto se vier a confirmar, o impacto do golpe da semana passada pode ser enorme. O sucesso dos rebeldes deixou a Espanha e a Grécia como as únicas ditaduras de direita da Europa ocidental, e os adversários liberais do governo forte de Francisco Franco começaram de súbito a falar com optimismo acerca do que poderá acontecer quando o «caudillo» desaparecer da cena política de Madrid.

Nervoso

Mas as maiores repercussões serão em África, onde as opiniões políticas de Spínola poderão conduzir a um governo nacional multirracial nas satrapias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa. E isso poderá transformar completamente a actual equação política no Sul da África —

é até possível que incite os nervosos regimes brancos da Rodésia e da África do Sul a uma acção militar e que enrede a ponta desse continente numa confrontação entre brancos e negros.

O golpe apanhou completamente desprevenido o complacente governo de Portugal. Precisamente depois da meia-noite, uma estação de rádio local emitiu o sinal de código para dar início ao levantamento — uma canção esquerdista de protesto intitulada «Grândola». E, antes dos primeiros alvares da manhã, os tanques dos conjurados roncaram nos arrabaldes de Lisboa e envolveram a capital numa cintura de aço. Soldados bem armados infiltraram-se através das ruas e em breve ocupavam os principais ministérios, estações de rádio e de televisão e as residências dos dirigentes do governo. Avisado tarde de mais do que se estava a passar, o primeiro-ministro, Caetano, conseguiu escapar-se para o quartel do Carmo, em Lisboa, quartel-general das tropas de segurança interna, a Guarda Nacional Republicana. E aguardou ali um eventual contra-ataque das unidades leais.

Contudo, a reacção foi insignificante. Três filas do 7.º Regimento de Cavalaria, unidade blindada supostamente leal, rugiram através da praça central de Lisboa, a Praça do Comércio — e passaram imediatamente para o lado dos insurrectos. Entretanto, as tropas rebeldes, muito mais disciplinadas, tomaram o aeroporto de Lisboa, bloquearam as principais estradas de acesso à cidade para isolarem as tropas lealistas e cercaram outras guarnições cujos comandantes não tinham conseguido conquistar para o seu lado.

Embora a revolta tivesse custado a vida de cinco civis e ferimentos em cerca de 40, não se registou qualquer oposição firme e houve apenas uma genuína troca de tiros — dez minutos de disparos num local situado nas imediações da praça central. Com o apoio disponível a diminuir de minuto para minuto, Caetano compreendeu que não lhe restavam esperanças de se agarrar a quaisquer vestígios de Poder.

Quando os insurrectos cercaram o seu santuário, o presidente, de 67 anos de idade, pediu para se encontrar com Spínola para que Portugal, conforme as palavras do próprio Caetano, «não caísse na lama». Spínola, contudo, insistia: «Eu não faço parte da rebelião», e declarou que só se encontraria com Caetano se os rebeldes lhe dessem um mandato para tal efeito. Este depressa chegou. E, com isto, o golpe terminara: Caetano entregou os seus poderes numa curta reunião, a qual, de acordo com testemunhas, se caracterizou pela delicadeza e até, por vezes, por uma certa cordialidade.

A reacção dos habitualmente apáticos portugueses foi de júbilo imediato. Multidões entusiasmadas espalharam-se pelas ruas e praças de Lisboa, cantando «Vitória», «Aleluia» e «Spí-no-la, Spí-no-la.» Soldados rebeldes, fazendo o sinal do «V», eram abraçados pela multidão e um grupo de jovens exuberantes arrombou um armazém de bebidas e começou a distribuir garrafas de vinho às tropas insurrectas. No entanto, os dirigentes do golpe ainda tinham alguns retoques a dar à sua revolta. Deram início à captura dos membros da Direcção-Geral de Segurança — a polícia secreta de Caetano, a qual combinava as funções do F. B. I., da C. I. A. e da Gestapo. E levaram até ao aeroporto, debaixo de uma escolta poderosa, Caetano e o presidente Tomás, a caminho do exílio na Madeira.

Heresia

O êxito dramático do golpe contrastou notavelmente com o último levantamento contra o governo de Caetano — apenas sete semanas antes. Também então Spínola foi uma figura central do drama. Num pequeno volume, «Portugal e o Futuro», Spínola, antigo comandante militar da Guiné Portuguesa, manifestou a herética opinião de que às colónias africanas devia ser concedida uma independência parcial no

seio de uma confederação livre com Portugal. Isto custou o emprego ao activo general — mas foi também a primeira contribuição para a queda de Caetano. «Caetano era um covarde — disse a John Barnes, da «Newsweek», um dos adjuntos de Spínola. — Não teve a coragem de ser um ditador realmente autoritário como Salazar.» Quando se verificou que Caetano não tomava qualquer outra medida contra Spínola, os partidários do general tentaram o seu primeiro levantamento. Mas falharam completamente.

No entanto, era impossível sufocar o descontentamento e a discórdia que grassavam no país. Portugal, uma espécie de terra adormecida, que nunca se libertou da sonolência dos anos do governo de Salazar, é o país mais atrasado da Europa ocidental. Os males da nação foram agravados por treze anos de guerra em África — uma guerra que custou a Portugal mais de 5000 mortos e 6 000 000 000 de dólares. Com 40 % do orçamento anual a desaparecer nos pântanos de África — e quase 100 000 jovens a fugirem de Portugal todos os anos para escaparem à incorporação militar — a batalha sangrou virtualmente o país. Spínola não era o único a reconhecer este facto. Os mais poderosos interesses económicos de Portugal — ansiosos por deterem o fluxo de fundos exigidos pela guerra, embora esta protegesse os seus investimentos em Angola e Moçambique, terras ricas de recursos — concordavam em que se tornava essencial uma mudança.

Pode ser que esteja a chegar ao seu termo o penoso escoadouro das guerras africanas. Muitos esperam que Spínola proponha um referendo nas colónias, na crença de que a maioria dos pretos nativos e dos brancos coloniais optarão por se ligarem a Portugal numa federação na qual possam controlar os seus assuntos internos. Mas esse ramo pode ser severamente ameaçado — tanto pelos portugueses do continente que se agarram à ideia de que as colónias devem ser mantidas por uma questão de orgulho nacional, como pelos colonos brancos (aproximadamente em número de 600 000)

que podem tentar declarar uma independência unilateral (de acordo com o modelo rodesiano) em vez de se arriscarem a um eventual governo negro.

Uma ameaça ainda maior é representada pelos dirigentes de guerrilhas nas colónias, os quais saudaram a tomada de Poder por Spínola com um voto de intensificarem as suas campanhas. No entanto, perante a perspectiva de mais anos de luta, é possível que muitos grupos de guerrilheiros se decidam a aceitar o que Lisboa agora oferece na esperança de ganharem o Poder, mais tarde, por meios políticos.

Esta perspectiva — conjugada com a probabilidade de que Portugal retire de África a maioria dos seus 150 000 soldados — arrepia certamente as minorias brancas no Poder na África do Sul e na Rodésia. Sendo elas próprias de herança europeia, gozaram durante muito tempo da vantagem psicológica de verem que uma nação da Europa mantinha uma presença activa em África — particularmente na medida em que essa presença mantinha as guerrilhas muito ocupadas. Sem o escudo de protecção português, os dois regimes racistas brancos ficarão verdadeiramente isolados num continente negro e poderão ter de enfrentar uma intensificação dos ataques de guerrilhas contra o seu próprio território. Para a África do Sul — com a sua vigorosa economia e o seu poderoso esquema defensivo —, a ameaça não é grave. Mas para a Rodésia, que já é assediada por ataques de insurrectos, uma retirada das tropas portuguesas do vizinho Moçambique pode libertar as guerrilhas que aí têm a sua base e permitir-lhes apontar as armas para oeste.

Embora a prometida nova política portuguesa não seja uma garantia do desaparecimento da agitação na África meridional, o governo de Spínola pode agora procurar estabelecer melhores relações com a Europa ocidental e com os E. U. A. Liberto da sua penosa carga africana, Portugal, que é membro da N. A. T. O., pode prestar uma contribuição militar mais forte à aliança — o que a Europa ocidental aplaudiria e que

poderia também facilitar a sua entrada no Mercado Comum, tão profundamente necessária a Portugal. Os oficiais americanos acolheram favoravelmente a mudança de governo, em primeiro lugar devido à probabilidade de facilitar as negociações para a renovação do acordo que permite aos E. U. A. a manutenção da sua base aérea nos Açores. «É razoável supor-se — declarou um funcionário do Departamento de Estado — que a maneira de pensar de Spínola seja muito mais compatível com a nossa do que era a de Caetano.»

Armadilhas

É provável que a maioria dos portugueses concorde com o que se passou. Mesmo antes de findar a semana, Portugal já estava a gozar os frutos do governo de Spínola. Nos quiosques apareceram pela primeira vez jornais não submetidos a censura — e venderam-se rapidamente. A rádio difundiu um grande número de canções banidas pelo regime de Caetano. Cerca de 100 prisioneiros políticos foram libertados. Mas Portugal e Spínola ainda têm uma grande distância a percorrer e há uma infinidade de armadilhas ao longo do seu caminho. «Uma coisa é escrever um livro provocante — disse um diplomata dos E. U. A. — e outra completamente diferente dirigir um governo.»

As pressões sobre Spínola virão tanto da direita como da esquerda. A facção direitista que governou Portugal durante cerca de 50 anos dificilmente estará disposta a entregar o Poder sem luta. E os extremistas da esquerda — cuja insígnia da foice e do martelo já começou a aparecer nas manifestações e desfiles da semana passada — desejam certamente que Spínola se mova mais depressa do que ele gostaria. Contudo, Spínola começou a reconstruir o seu país — e se ele conseguir cumprir as suas promessas, Portugal, finalmente, poderá emergir do passado para o mundo moderno.

O DESABAMENTO DE UMA DITADURA

por Ignacio Ramonet

Os soldados portugueses não provocaram sozinhos a derrocada da ditadura instaurada pelo Dr. Salazar. O jogo complexo dos interesses económicos, tendo por pano de fundo a guerra colonial, contribuiu poderosamente para criar o clima favorável e as condições objectivas da mudança de regime. As mesmas forças estão a trabalhar para traçar o futuro do país e das suas possessões africanas.

O nível de vida dos portugueses situa-se entre os mais baixos de toda a Europa; Portugal é o Estado europeu que possui o menor número de médicos por milhar de habitantes; a mortalidade infantil, entre 1967 e 1971, foi em média de 58 ‰ (França: 15 ‰); concede à educação nacional a parte mais débil do P. N. B.; 35 % dos portugueses não sabem ler nem escrever. Estes austeros indicadores económicos circunscrevem dramaticamente a realidade socioeconómica de um país que, ainda ontem, se proclamava depositário dos «valores espirituais do Ocidente cristão» e o defensor da civilização ecuménica do Portugal eterno.

Tradução de Edite Maria dos Santos Almeida e de Liz Silva
LE MONDE DIPLOMATIQUE / Paris, Maio de 1974

Um país que é, também, um dos mais jovens da Europa, já que perto de um terço dos seus habitantes tem menos de 15 anos, mas onde o forte excedente natural da população (1,3 %) é consumido, absorvido, por uma emigração maciça, desenfreada, crescendo sem cessar (1 600 000 portugueses numa população total de 8 800 000 deixaram o seu país desde 1961). Este êxodo explica-se muitas vezes pelo propósito de evitar outra forma de exílio, absurdo e perigoso, em África, onde, durante vinte e quatro meses, 200 000 recrutas socorrem e protegem sem convicção os europeus frágeis de um colonialismo putrescente.

Os campos portugueses esvaziam-se de homens, a população estagna ou retrocede mesmo nas regiões com pouca densidade de população; os projectos industriais são mal sucedidos; a exclusão (devida à guerra e à emigração) dos homens mais novos e dinâmicos reduz intensamente o confortável habitual número de desempregados e conduz a uma séria penúria de mão-de-obra; isso encarece a vida, provoca um insistente pedido de aumento de salários, estimula o ardor operário, multiplica as greves e transtorna os laboriosos programas económicos de um governo atormentado por esta interminável gangrena do conflito africano que, em treze anos, fez 60 000 vítimas portuguesas (mortos e gravemente feridos) e no qual é devorado 46 % do orçamento do Estado (em 1970), o que desorganizava o desenvolvimento da economia e arriscava perigosamente o futuro do país.

Este «futuro de Portugal» (sintagma que serve, aliás, de título à célebre obra do general Spínola) constitui, parece, a preocupação principal dos oficiais que tomaram o Poder. Compreendemo-los: o seu país tinha conseguido envolver-se, sem escutar a razão, num triplo «impasse»: político, militar e económico. O reconhecimento pela O. N. U. da República de Guiné-Bissau é uma humilhação diplomática que, decerto, foi duramente sentida pelos militares portugueses, os quais tinham já reagido contra a imperícia do governo de Salazar na

altura da queda brutal das feitorias portuguesas na Índia (no mês que se seguiu, um regimento sublevou-se em Beja). Por outro lado, o brutal agravamento da alta de preços (uma taxa de inflação próxima de 20 % em 1973) precipitou certamente os acontecimentos, que teriam amadurecido diferentemente numa conjuntura económica mundial diferente.

Também parece importante esboçar sumariamente a trajectória recente da economia portuguesa, tentar analisar as escolhas que se oferecem aos novos governantes e avaliar os sustentáculos de que dispõem os militares nos meios financeiros.

Ainda que membro fundador da O. E. C. E. (organismo criado para gerir o Plano Marshall e que se tornou O. C. D. E.), Portugal não se abriu, depois da segunda guerra mundial, à liberalização das trocas comerciais e dos movimentos monetários desejada pelos americanos. Continuou preso ao «nacionalismo económico» dos anos 30, teoria pregada pelo próprio ditador Salazar, antigo professor de Economia Política na Universidade de Coimbra.

A partir de 1950, todavia, a prosperidade muito relativa que o país conhecera, graças à sua neutralidade durante a guerra, desmoronou-se. A emigração, sinal evidente do regresso da miséria, recomeçou, em direcção à América e ao Brasil. O governo decidiu-se a organizar mais metodicamente o desenvolvimento de um país pobre, rural e mal apetrechado.

Em 27 de Dezembro de 1952 foi assinado o decreto que autorizava o arranque do Primeiro Plano de Fomento, plano quinquenal (1953-1958), destinado a sustentar e a reorganizar, por um lado, uma agricultura maioritária mas anacrónica: foram empreendidos importantes trabalhos hidráulicos para o alargamento das superfícies irrigadas e valorização de novas terras. Por outro lado, este Plano lançava um certo número de centros industriais de base: construiu-se a primeira fábrica siderúrgica do país no Seixal, a Siderurgia Nacional, pertencente ao grupo Champalimaud, a primeira refinaria de

petróleo em Cabo Ruivo (Lisboa), uma série de barragens destinadas a fornecer energia eléctrica, no Douro, no Cávado, no Zêzere, uma fábrica de cimento em Alverca e uma de celulose em Cacia.

Este plano tinha a finalidade de aumentar a produção de energia, proverbialmente rara e cara, e instalar, sobre bases firmes, uma tímida industrialização do país, sob o escudo de um certo proteccionismo que o punha ao abrigo da intromissão estrangeira. Tentava igualmente fixar nas terras o excedente humano dos campos, a fim de reduzir a emigração.

O segundo plano (1959-1964) aperfeiçoou mais os seus objectivos; encorajou os investimentos no sentido de se orientarem resolutamente para a indústria. No entanto, a estabilidade política sobre a qual o governo se apoiava falhou; com efeito, Portugal viveu durante esses anos o período mais perturbado da sua história recente: em Janeiro de 1961, o capitão Galvão desvia o paquete «Santa Maria»; em Fevereiro estala a violenta insurreição nacionalista de Angola; em Dezembro, a O. N. U. condena Portugal por causa da sua política colonial e, na mesma data, a Índia apodera-se pelas armas dos territórios portugueses de Goa, Damão e Diu; em Janeiro de 1962, um grupo de oficiais revolta-se em Beja, sem êxito; em Março e Abril, as greves de estudantes em Lisboa e Coimbra são reprimidas com tanta violência por ordem de Salazar que até o próprio Marcelo Caetano, catedrático da Faculdade de Direito (1) e delfim do regime, se demite em sinal de protesto.

Esta excepcional conjuntura política vai desencadear um certo número de decisões cujas consequências serão determinantes no agravamento da crise do regime. O golpe de Estado de 25 de Abril último mergulha aí as suas raízes mais

(1) Ao tempo reitor da Universidade Clássica de Lisboa. (N. da T.)

remotas. O ano de 1961 constitui a cisão e a charneira de duas épocas do salazarismo; assiste ao começo das guerras de África, que imediatamente desviam na sua direcção enormes quantias que haviam sido previstas para auxiliar o esforço de industrialização da metrópole; a guerra provoca um aumento considerável das despesas públicas não produtivas: Salazar, na verdade, querendo a todo o custo evitar outra Goa, prepara e envia logo para Angola um corpo expedicionário de 50 000 homens... entre os quais se contava já, como voluntário, o tenente-coronel António de Spínola.

Mas o mal-estar político interno traduz-se igualmente por uma verdadeira crise de confiança; os homens de negócios lusitanos sentem-se tentados a expatriar os capitais e não estão inclinados a contribuir para a execução do segundo plano. Para salvar este e restituir a confiança aos homens de negócios portugueses, o governo de Salazar compreende que é preciso lançar mão dos capitais externos. Estes investimentos proporcionam indirectamente um apoio político ao colonialismo português, permitem a libertação de fundos para continuação da guerra e aliviam, por algum tempo, a balança de pagamentos.

A economia do país não deixa por isso de estar abalada, assim como o próprio espírito dos planos de desenvolvimento. Foi preciso proceder a novos ajustamentos, ajudas, adaptações. Um plano de reequilíbrio, a que se chamou «Plano Intercalar» (1965-1967) foi elaborado, destinado, especialmente, a favorecer a reorganização e a concentração da modestíssima e vulnerável indústria portuguesa, a fim de fazer face à concorrência das empresas estrangeiras que a liberalização económica permitia.

Após o desaparecimento de Salazar da cena política, o Terceiro Plano (1968-1973), feito um pouco à semelhança dos últimos planos de desenvolvimento espanhóis, preconiza a criação de zonas industriais, para as quais devem orientar-se todos os investimentos, instalados em redor de um pequeno

número de centros. Lisboa e seus arredores desenvolveram-se, são criadas cadeias de montagem de automóveis (Ford e General Motors) na periferia da capital, assim como em Setúbal, no Porto e em Coimbra. Em Matosinhos (Porto) é instalada uma segunda refinaria (com a participação da Companhia Francesa de Petróleos), e o grupo C. U. F. (Companhia União Fabril) empreende a construção de uma terceira em Sines (não muito longe de Lisboa), de sociedade com a Mobil, a Shell, a B. P. e a Exxon.

No entanto, estas realizações industriais agravam a cisão entre a região litoral (Lisboa, Setúbal, Viana do Castelo, Porto), em franca expansão, e o Portugal do interior, rural, abandonado à letargia económica de sempre. Por outro lado, as exportações tradicionais (cortiça, madeira, têxteis) não cobrem a compra constante no estrangeiro dos bens de apetrechamento exigidos pelo esforço de industrialização. No sector alimentar, a venda de vinhos e de concentrados de tomate já não é suficiente para compensar a importação de cereais, de oleaginosas e de carne, que escasseiam em Portugal e cujos preços sobem nos mercados mundiais. Tudo isto provoca um desequilíbrio importante na balança de pagamentos, desequilíbrio que não deixa de acentuar-se desde 1961. Apenas o envio, em divisas, dos 2 000 000 de portugueses emigrados, acrescido das receitas do turismo (200 000 000 de dólares em 1973) permitem, actualmente, cobrir este défice.

Uma economia muito concentrada

Uma das consequências mais espectaculares dos últimos planos de fomento foi o agrupamento de um importante número de empresas em conglomerados melhor preparados para defrontarem os mercados externos. A dimensão atingida, em alguns anos, por estes novos monopólios é na verdade vertiginosa; estes monopólios perturbam consideravelmente os

hábitos económicos do mundo dos negócios portugueses, e a sua influência, em todos os domínios, é perigosa.

Esta concentração das empresas, pela fusão de sociedades, foi sistematicamente encorajada, a partir de 1961, pelo próprio Estado, o qual, mediante isenções fiscais, uma lei de encorajamento industrial, uma distribuição selectiva dos créditos e outras facilidades, permitiu a formação muito rápida de grupos gigantes num país ainda apenas semi-industrializado, de economia fracamente desenvolvida.

Maria Belmira Martins, que analisou muito bem o fenómeno da concentração monopolista em Portugal, revela que: «Em 1971, 168 sociedades, ou sejam, 0,4 % das 40 051 que exerciam a sua actividade na metrópole, detinham 53 % do capital total de todas as sociedades.» (1) De facto, calcula-se que o grau de concentração é ainda maior, pois um grande número destas 168 sociedades estão ligadas entre si, formando conglomerados dirigidos por um mesmo grupo financeiro. Deste modo, a vida económica portuguesa é controlada, dominada, por umas 7 grandes multífirmas, muitas vezes associadas a empresas estrangeiras ou a sociedades multinacionais.

A Companhia União Fabril (C. U. F.) é de entre muitos o mais poderoso grupo industrial português. Agrupa uma boa centena de empresas e, sozinha, detém mais da décima parte do capital social de todas as sociedades comerciais que existem em Portugal. Criada em 1864, a C. U. F. apenas possuía então uma modestíssima fábrica de sabão perto de Lisboa. Desde aí percorreu um longo caminho. Da saponificação passou, naturalmente, à indústria química, depois à celulose, ao papel, aos têxteis; domina a indústria metalúrgica, os estaleiros navais, os transportes marítimos, a refinação do petróleo

(1) Maria Belmira Martins — «Sociedades e Grupos em Portugal», Editorial Estampa, Lisboa, 1973.

e a petroquímica, dirige o primeiro banco de negócios do país e o grupo de seguros mais activo, maneja a indústria alimentar e a construção imobiliária, possui cadeias de supermercados, de hotéis, de bares, de restaurantes, de casinos... Usando de processos por vezes pouco leais (como o açambarcamento de matérias-primas, a fiscalização dos meios de transporte ou a guerra de preços), a C. U. F. elimina os seus concorrentes ou obriga-os a fundirem-se com ela; procura sempre conseguir o máximo de concentração, tanto horizontal como vertical.

Se a denominação horizontal lhe faculta monopolizar realmente todo um sector da economia, a concentração vertical confere-lhe um poder quase absoluto sobre todo um ciclo de produção e permite-lhe cumular as sucessivas mais-valias, mantendo-se à parte das flutuações do mercado. Um exemplo: a C. U. F. controla o mercado dos óleos alimentares da maneira seguinte: por um lado, possui vastas plantações de amendoim, sobretudo na Guiné-Bissau e em Angola, onde manda proceder directamente às colheitas, ou então compra-as aos camponeses, fixando os preços arbitrariamente; por outro lado, encaminha a colheita para Portugal a bordo dos seus próprios cargueiros, prepara o óleo nas suas fábricas e vende-o directamente ao consumidor na sua cadeia de mercados «Pão de Açúcar». Existem poucos sectores onde a C. U. F. esteja ausente. Parafraseando a célebre frase da General Motors, sentir-se-ia inclinada a considerar que o que é bom para a C. U. F. é bom para Portugal.

O segundo grupo financeiro, pelo seu volume de negócios, é o Champalimaud. Este desenvolveu o seu poderio dominando primeiramente a produção de cimento e alargou a sua rede de fábricas de cimento até Angola e Moçambique. Graças aos benefícios consideráveis desta monopolização e tirando partido das vantagens fiscais do Primeiro Plano de Fomento, fez construir no Seixal a primeira fábrica siderúrgica; em seguida, assumiu o «contrôle» da siderurgia de Angola e adquiriu importantes jazigos de ferro, dominando deste

modo a produção do aço; passou seguidamente à indústria metalúrgica, criando a principal fábrica de material eléctrico. O grupo de Champalimaud dispersa-se menos, se assim se pode dizer, do que a C. U. F.; procura a concentração por ramos inteiros da economia. Uma outra característica do grupo Champalimaud é a sua repugnância em se aliar aos capitais estrangeiros ou às sociedades multinacionais. Ao invés, exerce uma actividade intensa nas colónias portuguesas (das duzentas sucursais do seu banco, mais de cento e vinte encontram-se estabelecidas nos territórios do ultramar).

A multifirma Espírito Santo interessa-se igualmente pelas regiões colonizadas de África, onde detém imensas plantações de café e de cana-de-açúcar, com refinarias anexas; exerce também, em Angola, o «contrôle» da prospecção e da exploração dos jazigos de petróleo (associada à companhia belga Petrofina). Recentemente associou-se à Firestone Tire and Rubber para a montagem de uma fábrica de pneus; possui vultosas acções na refinaria de Cabo Ruivo e o seu banco representa, em Portugal e no ultramar, o Chase Manhattan Bank, do grupo Rockefeller.

O grupo B. N. U. desenvolveu-se em torno do Banco Nacional Ultramarino, que foi, até 1955, o único a ter autorização para exercer actividades nos territórios africanos. Este facto permitiu-lhe conquistar poderosos interesses em África, onde possui diversas plantações, uma refinaria de açúcar e duas companhias de seguros em Moçambique, e ainda uma participação importante na companhia de algodões e na dos diamantes de Angola. O grupo B. N. U., evidentemente, está presente em Portugal, especialmente no sector turístico e no dos transportes marítimos.

De entre as outras grandes multifirmas portuguesas não se pode deixar de apontar a Borges & Irmão, que apresenta uma composição bastante homogénea que tem por centro um núcleo de empresas que lhe pertencem inteiramente. Este grupo tornou-se preponderante no domínio da pesca (tem uma

frota de vinte navios modernos), mas mostra-se igualmente activo no sector da borracha (em colaboração com a firma americana General Tire). Borges & Irmão empreende neste momento a conquista da imprensa; é proprietária de dois jornais em Lisboa («Diário Popular» e «Jornal do Comércio») e do jornal diário de maior tiragem do Porto («O Comércio do Porto»).

As actividades febris destes grupos, o seu aparente alinhamento segundo um modelo capitalista mais moderno, mais eficaz, mais técnico, mais anónimo, não conseguem fazer esquecer que, acima dos afadigados tecnocratas dos conselhos de administração permanecem tenazmente as mesmas trinta e quatro famílias que, desde o século XIX, constituem a oligarquia financeira de Portugal: assim, a família Melo domina a C. U. F., os Champalimaud, o grupo que tem o mesmo nome, assim como os Espírito Santo, os Quina, o grupo Borges & Irmão, etc. A concentração económica vorazmente praticada pelos grupos financeiros contribui para eternizar, ao mesmo tempo que a reforça, uma casta privilegiada; isto prejudica principalmente as pequenas e médias empresas, incapazes de se oporem aos monopólios portugueses, muitas vezes mantidos pelos capitais estrangeiros e apoiados por firmas multinacionais.

Os grandes grupos estrangeiros

Os capitais estrangeiros, principalmente ingleses, intervem de modo regular na economia portuguesa desde o século XVIII. Chegavam até a dominar tradicionalmente vários sectores essenciais (minas, transportes, importação e exportação). Salazar tentou pôr fim a isso pela instauração de uma fiscalização sobre os câmbios e, a partir de 1935, pelo projecto de uma industrialização apoiada num novo Pacto Colonial. Em Julho de 1938, o ditador resumia a essência deste pacto na

lacónica frase seguinte: «Que as colónias produzam e vendam à metrópole as matérias-primas e que, com o preço destas, aquelas por sua vez lhe comprem produtos manufacturados.» É sabido de que maneira a violenta explosão angolana pôs ponto final nesta tentativa de «aportuguesamento» da indústria.

Nos sete anos seguintes os capitais estrangeiros fazem uma verdadeira invasão; são dez vezes superiores às entradas verificadas nos dezoito anos precedentes: «De 1961 a 1967 — escreve o economista Salgado de Matos — as entradas em Portugal de capitais a longo prazo do sector privado ultrapassaram exactamente os dois biliões.» (1)

Estes capitais encontram-se espalhados por cerca de 1000 sociedades comerciais portuguesas, e Salgado de Matos observa que o capital médio das empresas que possuem participação estrangeira é quase dez vezes superior ao capital médio do conjunto das empresas portuguesas. Outra verificação bastante significativa: estas perto de 1000 sociedades detêm aproximadamente 20 % do capital social das 40 000 sociedades de Portugal.

Os principais investimentos provêm dos Estados Unidos. Alguns dirigem-se para Moçambique, mas principalmente procuram Angola. Até em Portugal colaboram na instalação de fábricas de montagem automóvel (General Motors e Ford), de material eléctrico (Westinghouse) e de sociedades distribuidoras dos derivados do petróleo (Mobil Oil e Exxon).

A firma multinacional I. T. T. possui uma dezena de empresas, entre as quais a Oliva (máquinas de coser), Rabor e Facel (material eléctrico), Imprimarte (editora), Avis (aluguer de automóveis), os hotéis Sheraton, etc. O conjunto das filiais portuguesas da I. T. T. situa-se entre as dez primeiras

(1) Luís Salgado de Matos — «Investimentos Estrangeiros em Portugal», Editorial Seara Nova, Lisboa, 1973.

sociedades comerciais do país, mas as suas vendas não atingem os 7 % das vendas totais deste grupo.

A Inglaterra é talvez o país que tem interesses mais fortes em Portugal; actualmente concentram-se no domínio da indústria química, no da confecção, no do material eléctrico e no sector turístico. Pela influência que exercem sobre o Partido Conservador Inglês, os capitais britânicos deram sempre apoio aos regimes portugueses mais reaccionários.

Os investimentos estrangeiros provêm, numa proporção de 75 %, de quatro países: os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Bélgica e a República Federal Alemã, através da Siemens, da I. G. Farben e do Deutsche Bank. Os capitais franceses são inferiores à média dos investimentos directos franceses no estrangeiro. No entanto, estão presentes em Portugal a Saint-Gobain, a Citroën, a Berliet, a Jacques Borel e a C. F. P.

Apesar da inegável influência que os capitais estrangeiros e as firmas multinacionais exercem na economia portuguesa, convém não exagerar a sua importância, pois, afinal, eles de modo nenhum dominam os sectores que são determinantes, sob o ponto de vista do poder, tais como a banca, as comunicações, a energia, a siderurgia, a agricultura, a pesca e os transportes.

Todavia, os jovens economistas portugueses estão cada vez mais preocupados com a intervenção dos capitais estrangeiros. Receiam que, futuramente, eles venham a travar a economia do país. O engenheiro Rogério Martins (filho de um conselheiro económico de destaque de Salazar), antigo secretário de Estado da Indústria e conselheiro do general Spínola, em 1972 denunciava a flagrante oposição das grandes sociedades estrangeiras à industrialização de Portugal, «porque — explicava ele — elas preferem continuar a vender, em lugar de ajudarem a fabricar. Desenvolver um país que se contentasse com comprar repugna às firmas que nele vendem os seus produtos».

A maioria dos grupos monopolistas portugueses está ligada a sociedades estrangeiras, e assim eles não podiam admitir que este género de intervenção se tornasse a política oficial de Caetano; este cedeu e Rogério Martins foi afastado.

As opções que se apresentam

No final deste resumo da trajectória económica de Portugal durante vinte anos, não parece que a principal contradição oponha firmas estrangeiras a grupos nacionais, apesar da posição de princípio um pouco radical dos jovens economistas portugueses. Pelo contrário, e mesmo na perspectiva da actual situação, vemos que a contradição dominante se gera precisamente no interior da burguesia portuguesa, onde os principais grupos financeiros se defrontam por causa dessa contradição.

Todavia estes grupos, embora por razões diferentes, acolheram a queda do Estado Novo com a mesma satisfação.

A C. U. F. porque vislumbra a integração decidida de Portugal na economia europeia, por não temer o desaparecimento das colónias; este trar-lhe-ia vantagens, uma vez que o fim das guerras reduziria a emigração, aumentaria a oferta de mão-de-obra, acalmaria a tensão social, sem por isso comprometer os seus interesses em África, pois, por um lado, já há alguns anos que procede a uma abertura estratégica em direcção à Europa e, por outro, porque está suficientemente ligada a grupos financeiros estrangeiros para saber, clinicamente, que o neocolonialismo recolhe mais vantagens do que uma guerra institucionalizada em nome de princípios patrióticos fora de moda.

O grupo Champalimaud, porque também deseja o termo da guerra, que, conduzida sem qualquer estratégia de paz, comprometia cada vez mais as possibilidades de vir a ser aplicado este «federalismo autonomista» vagamente esboçado

no livro do general Spínola. Neste federalismo, Champalimaud vê igualmente a constituição de uma espécie de «zona do escudo», a qual daria a Portugal um papel preponderante, permitindo-lhe a rápida industrialização. Há nisto alguma coisa de regresso ao Pacto Colonial, dentro de um espírito mais liberal.

A escolha que os militares terão de fazer entre estas duas políticas económicas será tão reveladora dos seus verdadeiros desígnios como as suas opções em matéria de política africana: esta escolha mostrará, com nitidez, qual o futuro que querem traçar para Portugal.

No entanto, pensando bem, parece que, de momento, nem a C. U. F., nem o grupo Champalimaud, nem talvez o general Spínola, poderão saber, claramente, qual será o futuro de Portugal. Estes militantes que acabam de sair da clandestinidade ou que regressam das prisões, este povo das ruas, que retoma o uso da palavra e que se espanta agora da sua unanimidade contra uma ditadura de papel, compreende subitamente a sua força e mede a extensão da exploração a que foi sujeito. Apoiado por um contingente cansado de guerra, poderá recusar-se, quando a festa acabar, a deixar-se fechar de novo nas fábricas para único proveito dos monopólios.

PERDER UM IMPÉRIO, GANHAR RESPEITO

por Henry Giniger

Não sucederia qualquer catástrofe económica a Portugal se perdesse o seu império africano, e até encontraria vantagens substanciais nessa perda, na opinião de analistas económicos e políticos.

Poderá sobrevir uma certa desorganização económica e social devido à perda das colónias, a qual é uma perspectiva cada vez mais forte. De uma maneira ou de outra, Lisboa perderá o domínio político de Angola, Moçambique e da Guiné Portuguesa, cujo total se aproxima dos 7 % do conjunto de terra africana.

É difícil encontrar em Lisboa uma opinião imparcial, pois muitos daqueles que apoiaram entusiasticamente a queda da rígida ditadura imperial acham difícil conceber Portugal limitado às suas estreitas fronteiras europeias.

«Que poderá fazer o pobre e diminuto Portugal sem os territórios ultramarinos?» — é uma pergunta que surge com frequência. Aqui, como em qualquer outra parte, o império está quase automaticamente associado ao poder e à riqueza, se bem que o país esteja perante o paradoxo de ser o mais

Tradução de Maria Isabel Vila Nova

INTERNATIONAL HERALD TRIBUNE / Paris, 27 de Maio de 1974

pobre da Europa ocidental e o único com um verdadeiro império.

É quase impossível averiguar a expansão do investimento português em África. As economias ultramarinas têm sido controladas por um número reduzido de consórcios poderosos, tais como a Companhia União Fabril e Champalimaud, que têm um pé em Portugal e outro em África, e porque as zonas africanas são consideradas como fazendo parte de Portugal, não é facilmente utilizável uma análise de onde se encontra esse dinheiro.

Transferências de fundos

As transferências de fundos privados e de lucros entre a África e Portugal mostraram um lucro líquido de cerca de 100 milhões de dólares a favor de Portugal, nos últimos dois anos. Esta estatística, do Banco de Portugal, é um indício de rentabilidade dos investimentos no comércio, nos bancos, nos seguros, na indústria, transportes e agricultura.

O lucro público surgiu sob a forma de impostos e dividendos, mas a esquerda argumenta que as grandes corporações nunca pagaram grandes contribuições e que os dividendos estão limitados a uma pequena classe de investidores, relativamente prósperos.

Dúzias de pequenas empresas portuguesas, particularmente a indústria dos têxteis e a da preparação de produtos alimentícios, produzem quase exclusivamente para o mercado africano. Estas operações, na sua maioria insuficientes e antiquadas, têm dependido tradicionalmente daquilo que tem sido uma área de comércio protegida. A perda dos mercados ultramarinos significará provavelmente o encerramento de muitas companhias ou a sua absorção por outras maiores, com uma fase de desemprego consequente.

Mas o efeito de uma perda dos mercados africanos no comércio português global seria muito mais fraco agora do que teria sido há uns anos atrás. A exportação para os territórios de além-mar baixaram de 29,8 % da exportação total em 1959 para 14,8 % no ano passado. Tem havido uma subida correspondente na exportação para o resto da Europa. É provável também que, como a França e a Grã-Bretanha, Portugal continue a desfrutar, pelo menos, de certa posição comercial privilegiada nos territórios africanos independentes.

Investimento público

O Governo tem levado a cabo investimentos públicos em África à razão de 28 milhões de dólares por ano. O exemplo mais espectacular é o da barragem de Cabora Bassa, ao norte de Moçambique, projecto de 500 milhões de dólares, actualmente 60 % concluído. Os portugueses enfrentam a perspectiva de perder estes investimentos públicos.

Das três regiões, o território ocidental africano de Angola, com uma população de cerca de 6 milhões de pessoas, é a maior presa. Tem mais de 800 000 quilómetros quadrados, é catorze vezes maior que Portugal continental, é rico em petróleo, minério de ferro, diamantes e café, com um enorme potencial devido a outros minerais e à criação de gado.

A produção de petróleo, no enclave de Cabinda, ao norte, representa um investimento original da Gulf Oil de 125 milhões de dólares. Sendo produzido actualmente à razão de 7,5 milhões de toneladas por ano, o petróleo adquiriu recentemente uma importância considerável para Portugal. Antes da última baixa, a maior parte era vendida para o estrangeiro, em particular para o Japão, Canadá e Estados Unidos, e Portugal recebia grande parte dos seus fornecimentos do Médio Oriente, num acordo de troca. Depois da guerra árabe-israelita em Outubro, durante a qual os Estados Unidos usaram

as bases dos Açores para o transporte de equipamento para Israel, os Árabes decretaram um boicote contra os portugueses.

Neste momento, com um consumo de petróleo de cerca de 5 milhões de toneladas por ano, o petróleo de Cabinda cobre mais do que isso, embora tenham sido necessárias alterações nas técnicas de refinação para suprir o problema do elevado volume de cera. Se Portugal chegar a um acordo com os nacionalistas negros, as relações com o mundo árabe provavelmente irão melhorar. Mas ao preço actual, o petróleo do Médio Oriente implicará grandes dispêndios de reservas estrangeiras.

Regresso repentino

O afastamento dos territórios africanos, especialmente de modo precipitado, poderia significar o regresso repentino de cerca de 700 000 portugueses à mãe-pátria, com uma população de apenas 9 milhões de habitantes. Os problemas sociais e económicos seriam muito maiores do que aqueles que a França teve de enfrentar em 1962, quando mais de 1 milhão de europeus abandonaram a Argélia depois da independência.

É possível que muitos dos brancos permaneçam com um acordo elaborado entre Lisboa e os negros, que podem ter a necessidade de manter técnicos especializados. Outros irão para a África do Sul, Rodésia ou Brasil.

No meio destas perdas e destas desorganizações, reais ou potenciais, há algumas vantagens.

Os investimentos públicos e privados seriam desviados de África para Portugal e haveria uma restrição substancial nas despesas improdutivas com a defesa, subindo já a cerca de 40 % do orçamento. A necessidade premente de escolas, hospitais e de habitação podia ser satisfeita mais facilmente.

Simpatia, ajuda

Haveria uma melhoria nítida na posição diplomática de Portugal, com um acréscimo de simpatia e uma ajuda real da parte dos países que desaprovavam a sua política africana e o seu sistema político. E Portugal entraria provavelmente no Mercado Comum Europeu, com um conseqüente estímulo na economia.

Finalmente, a libertação de dezenas de milhares de encargos militares improdutivos podia ajudar a suprir as deficiências de capacidade de trabalho disponível, embora de início pudessem surgir problemas.

De um modo ou de outro, o novo Portugal, emergindo do golpe militar, arrisca-se a uma mudança drástica nas relações com a África. O general António de Spínola, o novo presidente, gostaria de ver uma federação de Estados portugueses, cada um autónomo na sua própria esfera. Contudo, através de autodeterminação, o caminho está aberto para a independência das colónias.

Quer de uma maneira quer de outra, há uma esperança geral, neste momento, de que Portugal continue a colher vantagens e a erradicar os inconvenientes de posições coloniais que actualmente a maioria parece considerar impossíveis de manter no mundo de hoje.

«O MOVIMENTO DE OFICIAIS» DE PORTUGAL COMO FORÇA REVOLUCIONÁRIA

por Arnold Höttinger

O capitão que no dia 25 de Abril ocupou o Largo do Carmo, em Lisboa, e sitiou, com tanques da Escola Prática de Cavalaria de Santarém, o quartel da Guarda Nacional Republicana, onde o presidente do Conselho, Caetano, se tinha refugiado, capitão Maia, concedeu uma entrevista pormenorizada ao jornalista Adelino Gomes, que tinha sido seu companheiro de classe no liceu de Leiria, na qual descreve as suas experiências antes e durante a revolução. Esta entrevista, do capitão de 29 anos, é um dos poucos documentos completos que vieram a público sobre o «movimento de oficiais» que fez a revolução em Portugal e que parece continuar a dirigi-la nos bastidores. O «movimento de oficiais», depois da revolução, continuou grandemente anónimo.

Maia foi um importante executor, mas, segundo parece, não foi nenhuma das figuras dirigentes do movimento. A Escola Prática de Cavalaria de Santarém era de grande importância militar porque, como Maia revelou, dispunha praticamente «dos únicos tanques em Portugal e também dos úni-

Tradução de Paulo de Almeida

NEUE ZÜRCHER ZEITUNG / Zurique, 15 de Junho de 1974

cos soldados que os sabiam conduzir». Os restantes tanques deviam encontrar-se quase todos em África. Isto significava que a partir do momento em que os tanques se encontravam do lado dos rebeldes a cartada dos insurrectos já estava praticamente ganha de antemão. Quem iria combater com armas ligeiras contra tanques?

Origens «apolíticas»

Maia relata que recebeu, dois dias antes do 25 de Abril, informações e ordens para o levantamento. «Pessoas de confiança» trouxeram-lhe estas ordens e ele entrou no seu carro, juntamente com os seus confidentes, com os quais circulou pela cidade. Durante a viagem falou-se dos pormenores. Já há bastante tempo que havia um «movimento de oficiais», e Maia parecia pertencer a ele. Na sua origem esteve o descontentamento de muitos oficiais do quadro com o decreto do Governo de promover por um processo rápido a oficiais do quadro os oficiais milicianos que tinham servido em África, portanto sem a frequência regular da Academia Militar. Estas medidas colidiram naturalmente com as oportunidades de carreira dos oficiais do quadro. Segundo a opinião dos oficiais, os decretos pareciam prejudicar a «dignidade das Forças Armadas». Aliás, foram anulados pouco depois, sob pressão dos oficiais, e também foram concedidos aumentos aos soldados, quando o Governo de Caetano notou o descontentamento dos oficiais do quadro.

No entanto, a transigência do Governo veio tarde de mais. No âmbito do movimento original de protesto, os oficiais de patente média começaram a politicizar-se cada vez mais, vindo a descobrir por este meio um sem-número de outras fontes de escândalo; apareceram palavras críticas contra o Governo, contra a guerra em África e sobre a situação e futuro das Forças Armadas. Maia relata: «Quando nós (o 'mo-

vimento dos oficiais') começámos a trabalhar, nomeámos três comissões; cada uma delas deu o seu parecer sobre a situação política e as perspectivas do Exército. Uma semana mais tarde apareceu o livro de Spínola, «Portugal e o Futuro». Os nossos três documentos completavam-se mutuamente e eram, nas suas linhas gerais, congruentes com o pensamento do general Spínola.

Este facto estimulou-nos a prosseguir. Estávamos no caminho certo e tínhamos um chefe. Isto foi importante, pois normalmente bons militares não são forçosamente também bons políticos. Pela sua formação, um militar tende a dizer «preto» quando uma coisa é preta e «branco» quando uma coisa é branca. Para ele é difícil, por exemplo, diferenciar o «cinzento». Mas a política tem de contar com as «nuances» do «cinzento».

O desenrolar do golpe de Estado

O capitão passa depois aos pormenores do levantamento na sua Escola de Cavalaria: O sinal de «operação em marcha», que foi dado por uma canção de um cantor de protesto português, por intermédio da emissora católica Renascença, o próprio levantamento na Escola, de onde, aliás, foram levados para Lisboa apenas 240 homens (em caso de malogro, a Escola em Santarém ter-se-ia defendido até à deserção de outras tropas ou até ao final amargo), a viagem até Lisboa (os tanques eram tão fracos, de velhos, que os oficiais temiam que sucumbissem no trajecto de 80 quilómetros), as complicações com as unidades blindadas, que se opuseram às tropas na praça central de Lisboa, Terreiro do Paço, onde se encontravam os centros de comunicação mais importantes.

«Um brigadeiro ordenou ao seu tenente para abrir fogo sobre os insurrectos, mas este recusou-se; o brigadeiro orde-

nou-lhe a seguir que se considerasse sob prisão. Foi a melhor ajuda que ele nos pôde dar. Deste modo os soldados puderam ver o que se passava na realidade. Fiz-lhes um sinal para passarem para o nosso lado. Fizeram-no e voltaram as suas torres couraçadas ao contrário.»

Negociações fora e dentro do quartel

A seguir o capitão recebeu ordem para se dirigir para o Largo do Carmo, onde comandou o cerco ao quartel da guarda, onde se encontrava o presidente do Conselho com alguns ministros. Ali também houve momentos críticos e inúmeras negociações com oficiais da Guarda Nacional Republicana, que não tinha nada a ver com o movimento dos oficiais. Um comandante de uma companhia da Guarda Nacional Republicana que avançava pelas costas da unidade sitiadora deixou-se persuadir a não abrir fogo.

Seguiram-se negociações com o general que comandava a guarda no quartel, conversações com o próprio presidente do Conselho, que se encontrava no quartel. «Caetano perguntou-me quais eram as nossas ideias políticas. Respondi-lhe que não lhe podia dizer com exactidão, no entanto havia pessoas que o iriam esclarecer. Perguntou-me quem eram os nossos dirigentes. Retorqui-lhe que eram oito oficiais com patente de general, mas que para mim era apenas 'Óscar' (uma designação militar de comando). Na verdade, eu sabia apenas dois nomes: general Costa Gomes e general Spínola. Interrogou-me sobre as nossas ideias acerca do 'ultramar' e eu disse-lhe que, pelo menos, pretendíamos evitar que o 'ultramar' se convertesse numa nova Índia (Goa). Caetano opinou em resposta que um golpe de Estado não podia resolver o problema do ultramar.»

A concordância com Spínola

O capitão Maia declara a seguir que não sabia se Spínola colaborou desde o princípio no movimento. «Não sei o que aconteceu ao certo. Só sei que pelo nosso lado havia uma identidade de ideias com as do general Spínola. Quanto aos fins em vista, estava de acordo connosco. Até que ponto havia acordos, não sei.» Soube-se por outra fonte que Spínola, quando lhe foi transmitido o desejo de Caetano de colocar o Poder nas suas mãos, «para que não caísse na rua», insistiu primeiro em receber plenos poderes dos «dirigentes do movimento», antes de ter aceite a capitulação do chefe do governo.

Podemos completar a descrição de Maia com documentos que os oficiais puseram a circular antes da revolta. Alguns deles foram reimpressos depois da revolta (25 de Abril, documento. Casaviva Editora, Lisboa, 1974, p. 40 e seguintes). O pensamento fundamental destas exposições, muitas vezes extensas de mais, é na maioria dos casos a convicção de que as Forças Armadas e a nação se haviam divorciado. As Forças Armadas serviam apenas à manutenção do regime. Por esta razão o povo odiava-as. O regime mantinha-se intransigente em querer conservar pela força os territórios africanos. Contudo faltavam os meios para isso: o regime arrogava-se do monopólio do patriotismo. Se no fim a guerra de África fracassasse, o Exército é que seria censurado por isso. O que já acontecera no caso de Goa. A situação só poderia ser melhorada através de uma verdadeira liberdade de opinião e de autênticas instituições representativas, para que o povo fosse esclarecido sobre a situação real e pudesse manifestar por meio parlamentar o que se devia fazer.

Povo e Exército

Estas ideias fundamentais são confirmadas pelas raras entrevistas de outros oficiais, como por exemplo da que

apareceu na revista de língua espanhola «Triunfo» (11 de Maio de 1974). O capitão que descreve aí a sua vida e pensamento quis permanecer anónimo. Acerca do «movimento», afirmou: «Trabalhávamos em equipa; cada grupo de capitães ocupava-se de tarefas próprias. Uns encarregavam-se da política, outros da organização e estudo das questões militares e outros com acções directas. Cada unidade ou grupo de capitães tinha o seu porta-voz, que estava encarregue de manter o contacto com os outros grupos. Isto passava-se em Lisboa. Cada porta-voz apresentava as opiniões, experiências e resultados do trabalho do seu grupo. Isto tudo foi coordenado e daí nasceu um acordo. Depois tomaram-se decisões e foi planeada uma estratégia.»

O capitão em causa fala muito dos seus duros anos de África, da camaradagem que ali existia com os simples soldados, dos quais viu morrer muitos. Estes, assim como os estudantes e o seu irmão que é advogado, também lhe haviam falado da P. I. D. E. «Recebi cartas em Angola e Moçambique em que estas pessoas de confiança me comunicavam que o Exército seria cúmplice se não interviesse. O povo odiava-nos porque éramos cúmplices (do regime), e todos nós metemos mãos à obra, nós, os tenentes e os majores, mas nós (os capitães) carregámos com o fardo principal, porque éramos em maior número e estávamos mais facilmente capacitados para cobrir o fosso entre o povo e as Forças Armadas. O regime não nos permitia estudar, a nós, oficiais; não devíamos ler livros, não permitiam que nos ocupássemos com questões importantes; isolavam-nos do povo. Isto tudo para proteger o poder económico de alguns poucos. Salazar disse uma vez que os Portugueses se entregavam com orgulho ao isolamento. Isto era uma aberração. Por isso tivemos de agir.»

O ensinamento mais importante que podemos tirar desta e de descrições semelhantes do «movimento de oficiais» é o seguinte: a palavra de ordem da revolução portuguesa, «unidade do povo e Forças Armadas», não foi de modo nenhum

«colada» ao Exército como uma etiqueta, por políticos e partidos, mas traduz os anseios reais assim como o mal-estar dentro do Exército. Este via cada vez com mais dúvidas o seu papel de servidor de um regime que não possuía legitimidade verdadeira e que além disso fazia uma guerra que só podia terminar em desaire. Já não se sentia «servidor da nação ou do povo» e reconhecia que se arriscava a degenerar num simples suporte de uma clique. A isto juntava-se a perspectiva turva de no fim ser o bode expiatório do fiasco militar em África, como no caso de Goa.

O papel dos comunistas

No meio disto tudo impõe-se-nos a questão de quanto do ideário comunista, quanto da maneira de ver comunista, se introduziu na ideologia do movimento. Alguns observadores acreditam que tem de haver oficiais comunistas no seio do movimento. Contudo não podem nomear nenhuns nomes. Em reforço da sua tese apontam que o programa político do P. C. português, como foi divulgado nos últimos anos na clandestinidade, se iguala em muitos pontos com o esboço do plano que o movimento dos oficiais publicou logo a seguir à revolução.

Na verdade parece possível, à vista destas semelhanças enormes, que algumas cabeças politicamente activas no seio do movimento dos oficiais, que devam a sua doutrinação ao P. C., tenham inspirado de certo modo os seus colegas. Porém, temos de acrescentar que Spínola, de maneira nenhuma comunista, também chegou a conclusões semelhantes, como comprova o seu livro. Para ele era primordial a exigência de que a nação portuguesa tinha de tomar uma posição frente aos problemas políticos internos e externos do país, mas que não estava capacitada a fazê-lo sem uma informação objectiva.

Spínola intervém deste modo a favor de uma democratização do país.

De momento apenas isto é certo: se há comunistas entre os oficiais do movimento, então mantêm-se cuidadosamente em segundo plano. Procuram antes de tudo traçar e levar a cabo um programa de democratização, como preconiza a política oficial do P. C. Em momento algum reclamaram um direito de chefia para o P. C. Talvez isto ainda venha a acontecer quando se sentirem suficientemente fortes. Contudo, não tem forçosamente de se dar, porque num clima democrático também os outros partidos podem fazer propaganda das suas concepções e sem dúvida também possuem os seus simpatizantes no movimento dos oficiais.

O Conselho de Estado como órgão do movimento de oficiais

Depois da revolução, o movimento de oficiais não se desintegrou. Integrou-se oficialmente no Conselho de Estado, que deve servir de apoio a Spínola. Deve ser composto por 21 membros, dos quais já são conhecidos os nomes de 14 militares; trata-se dos sete nomes da Junta, Spínola, Costa Gomes, Silvério Marques, Diogo Neto, Galvão de Melo, estes cinco já todos com a patente de general, assim como os vice-almirantes Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho, aos quais se juntam os sete membros da comissão de coordenação do Movimento das Forças Armadas. Estes oficiais mais jovens são nomeadamente o coronel Vasco Gonçalves, major Vítor Alves, major Ernesto Melo Antunes, comandante Carlos Contreiras, capitão Costa Martins e capitão Pereira Pinto. (1) A «comissão de coordenação» chamava-se primeiro «comissão

(1) Faltou mencionar o comandante Trigueiros Crespo. (N. do E.)

política». Os sete membros restantes do Conselho de Estado serão escolhidos por Spínola de entre os representantes proeminentes do sector civil. Não se sabe ao certo que funções exercerá o Conselho de Estado. Segundo a lei, deve aconselhar o chefe do Estado. No entanto podia ter-lhe sido conferido um papel mais activo do que anteriormente sob Tomás.

OBSERVAÇÕES MARGINAIS

PORTUGAL: O GOLPE DE ESTADO É APENAS O COMEÇO

por **Marvine Howe**

O 10 de Junho, dia nacional de Portugal, tradicionalmente celebrado com paradas militares austeras e discursos, foi este ano festejado com cantos revolucionários, poesia, cravos vermelhos e um exuberante cortejo transportando um caixão rotulado de «Fascismo», que foi lançado ao Tejo.

Depois, abruptamente, acabou. «Por ordens superiores» da Junta Militar, o programa que a televisão transmitia em directo das celebrações foi suspenso. Houve protestos furiosos contra o regresso da censura. Foi o primeiro confronto entre o público e o movimento que derrubou o antigo regime fascista, a 25 de Abril.

O incidente provocou uma reacção que nessa mesma semana

veio a impor o «contrôle» sobre os meios de comunicação de massas e serviu para ilustrar as dificuldades que os novos líderes têm ainda de enfrentar.

O legado económico

A dificuldade mais maniatante é o estado desastroso a que chegou a economia, provocado pelas longas e desgastantes guerras coloniais e uma política económica ultraconservadora. O velho Portugal subsistia graças à mão-de-obra barata e submissa, aos mercados coloniais reservados, aos valores remetidos pelos emigrantes e ao turismo.

Tudo isto mudou com a libertação. Gozando do direito à greve

Tradução de Manuela Alves

THE NEW YORK TIMES / Nova Iorque, 16 de Junho de 1974

pela primeira vez em gerações, os trabalhadores exigiram aumentos de salários na ordem dos 100 % a 300 %. As colónias rejeitaram a sua condição de subordinadas e exigiram preços à escala internacional para as suas mercadorias. Os emigrantes, receosos da nova instabilidade, deixaram de mandar dinheiro. Os capitalistas, atentos à vaga socialista que acompanhou o golpe militar, re-frearam os investimentos, e os turistas, já afectados pela crise de energia, alarmaram-se com o golpe de Estado e ficaram nas suas terras.

O novo presidente, general António de Spínola, perante uma situação muito semelhante à que enfrentou De Gaulle durante a crise da Argélia, agiu, como o líder francês, muito astutamente. Para tranquilizar os negócios e a indústria, escolheu para ministro da Economia um promissor homem da banca, Vasco Vieira de Almeida. Para dominar as greves e manter as exigências dos trabalhadores dentro de proporções razoáveis, chamou para dirigir o Ministério do Trabalho um líder

do Partido Comunista, Avelino António Pacheco Gonçalves.

A ordem e a confiança vão sendo pouco a pouco restabelecidas. Banqueiros estrangeiros mostram-se interessados em conceder crédito. Muitos grevistas voltaram ao trabalho, depois de as suas exigências terem sido satisfeitas parcialmente e com a convicção, graças à propaganda do Partido Comunista, de que a greve não é patriota.

Portugal bate-se ainda com outras dificuldades e, embora o futuro seja indefinido em muitos aspectos, uma coisa é certa: a maioria dos portugueses não quer voltar ao regime autoritário que governou o país durante meio século.

O regresso do riso

O país mudou dramaticamente a sua feição depois do golpe militar, o que é patente sobretudo na liberdade de expressão. Não é só a foice e o martelo e os «slogans» revolucionários pintados nas paredes e estátuas das cidades. É o povo português, anterior-

mente o mais moderado e o mais melancólico do mundo, que agora ri, incita e grita.

«Já não olhamos por cima do ombro, porque a P. I. D. E. (a Gestapo portuguesa) desapareceu» — gritava uma dona de casa portuguesa contra a nova decisão governamental de manter a média de salários baixa.

Houve progressos iniciais relativamente à questão colonial. E o novo Governo procurou também restaurar o bom nome de Portugal na comunidade internacional, depois do longo isolamento a que o antigo regime forcara o país. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, chefe do Partido Socialista, conseguiu renovar ligações com os países socialis-democratas da Europa ocidental e abriu as portas ao Leste, estabelecendo, pela primeira vez, relações diplomáticas com a União Soviética, e renovando os laços com a Roménia e a Jugoslávia. Foi cordialmente saudado pelos países independentes de África e reassegurou o apoio da N. A. T. O. a Portugal.

O general Spínola, oficial de cavalaria, de 64 anos, autor do livro «Portugal e o Futuro», que

se diz ter inspirado o golpe militar, assumiu o Poder com mão de mestre em política. Introduziu no Governo Provisório os chefes das principais forças políticas e incumbiu-os da tarefa árdua de transformar Portugal de ditadura em democracia.

Esta tática deixou-lhe liberdade para alargar a base do seu poder, viajando e discursando pelo país. Encontra-se agora numa posição forte, podendo proclamar como seus os êxitos do Governo Provisório e relegar para os partidos os eventuais desaires.

A questão fundamental que se levanta agora é se o povo e o movimento militar saberão cooperar com a democracia. Desapareceu a censura, mas permanece a autocensura e a imprensa coíbe-se geralmente de atacar o general Spínola, as Forças Armadas ou o Governo. Até as revistas e os espectáculos burlescos, que satirizavam, ainda que levemente, o antigo regime, evitam fazer graça com o general Spínola ou qualquer dos actuais governantes.

Por outro lado, as autoridades militares mostraram-se extremamente sensíveis à extrema-esquer-

da, barulhenta mas pouco numerosa, controlando manifestações, prendendo o director do semanário «Luta Popular», que praticamente ninguém lia, e acenando

com a ameaça da censura à televisão.

Muitas pessoas perguntam: saberão os Portugueses estabelecer os limites?

VENTOS DE SEPARAÇÃO

pelo Padre Adrian Hastings

A causa básica do golpe militar em Portugal foi o avanço com sucesso da Frelimo em Moçambique. Será provavelmente em Moçambique que ocorrerão as consequências mais traumatizantes desse golpe. A própria insatisfação reinante em Portugal poderia ter-se mantido indefinidamente, e apesar de a guerra na Guiné-Bissau ter estado a correr mal para os Portugueses, esse território era pequeno e o seu significado relativamente limitado.

Em Angola, os movimentos de libertação estão divididos em três, tendo estado o mais forte dos três, o M. P. L. A., a sofrer grandes conflitos internos em resultado dos quais o Exército português foi relativamente bem sucedido. Em Mo-

çambique, no entanto, a Frelimo aumenta de dia para dia a sua força. Em Abril deste ano, o Exército tinha já perdido a vontade de lutar, e as relações Igreja-Estado bem como a reputação de Portugal no mundo deterioravam-se. Quanto mais a Frelimo avançava mais selvagens se tornavam as represálias do Exército e os métodos aterrorizadores da D. G. S.

A medida que estas notícias se espalhavam pelo mundo, garantindo um cada vez maior apoio internacional à causa da Frelimo, a vontade do Exército de continuar uma guerra impossível de ser ganha desaparecia subitamente.

São três as vias que imediatamente se abrem ao Governo português:

1) Um cessar-fogo seguido por uma actividade política generalizada que poderia levar mais cedo ou mais tarde à independência, sem negociações directas com a Frelimo; 2) Um cessar-fogo com negociações imediatas para a independência. 3) A continuação da guerra. A Junta optou inicialmente pela segunda; no entanto, ao fazer isso, a sua posição era mais de desespero do que de generosidade, pois não havendo cessar-fogo a guerra teria de continuar, o que a opinião pública em Portugal não permitiria por mais de escassos meses. Para mais, porque haveria a Frelimo de aceitar a primeira hipótese? Ela lutou durante dez anos pela independência total e dificilmente poderia agora parar, quando a sua posição é mais forte que nunca, não devendo baixar as armas com condições inferiores.

Se os seus chefes estivessem preparados para arriscar, e fizessem isso, é muito provável que os seus homens não estivessem de acordo pela simples razão de que esse curso das coisas implicaria voltar a aceitar a mesma administração portuguesa local, a qual foi responsável pelas atrocidades cometidas.

Wiryamu, Inhaminga, e tantas outras, tornaram impossível uma nova submissão ao sistema, ainda que temporária. Para o povo do Norte de Moçambique a mudança governamental em Lisboa pode ter um significado muito reduzido, visto que a administração local não se alterou. Os homens da Frelimo estão preparados para lutar pelo fim absoluto do sistema e dificilmente poderiam, por princípio, voltar a entrar nele.

As últimas semanas foram testemunhas do começo de uma procura desesperada de alternativas: desesperada porque a grande maioria da população branca se encontra deveras assustada com a possível actuação da Frelimo e por certo abandonará o território quando esta proceder à sua ocupação; para além disso, e ainda mais importante, todos os interesses de negócios dentro e fora do país, particularmente os grandes interesses envolvidos no projecto de Cabora Bassa, se encontram igualmente ameaçados. Um governo da Frelimo será pelo menos tão socialista como o da Tanzânia de Nyerere, que sempre acolheu os seus dirigentes; tal governo não venderia, com toda a certeza, electricidade de Cabora Bassa à

África do Sul, quaisquer que fossem as condições. Mais ainda, um governo da Frelimo traria consigo, no espaço de dois anos, o colapso do domínio branco na Rodésia e a retirada da linha de defesa da África do Sul para junto das suas fronteiras.

Dos 9 milhões de habitantes de Moçambique, apenas 250 000 são brancos, enquanto 97 % são negros. A proporção é de 40 para 1, enquanto na Rodésia é de 22 para 1. Mais ainda: 75 % da população branca vive em duas cidades, Lourenço Marques e Beira. Lourenço Marques, com 100 000 brancos, no extremo do país e ainda mais a sul que o Limpopo, é na verdade um mundo à parte. A população branca é um autêntico poder em Lourenço Marques e pode ter um certo impacte na e à volta da Beira. Nas outras regiões praticamente não tem qualquer poder. Nenhum movimento político pode agora segurar Moçambique sem ter uma base negra considerável. Aliás, nenhum movimento para além da Frelimo mostrou até agora qualquer sinal desse apoio negro. Mesmo em Lourenço Marques é perfeitamente claro qual o movimento que possui maior apoio africano. O movimento de libertação

rival, o Coremo, resultante de dissidências na Frelimo nos meados da década de 60, não tem grande significado. Com os seus chefes fora do país, ele falhou nos últimos anos a tentativa de prosseguir qualquer actividade extensiva dentro do país.

Por trás destes e de outros grupos incipientes, uma figura aparece cada vez mais: o homem de negócios da Beira, Jorge Jardim. Se existe algum homem que pode impedir a Frelimo de governar Moçambique, esse homem é Jorge Jardim. É uma pessoa de muitas facetas e capaz de jogar com muitas cartas. Com uma longa carreira salazarista atrás de si é digno de nota a forma como, nos últimos dias, o seu nome apareceu em vários jornais na Grã-Bretanha, na Alemanha e em toda a parte, como o «homem do centro», o homem que não se identifica nem com os «brancos extremistas» nem com os «progressistas», mas que mantém uma política estável, respeitável, multirracial, não comunista.

Jardim compreendeu imediatamente que um partido obviamente dominado por brancos não poderia obter a credibilidade internacional requerida para conseguir o apoio do estrangeiro, de que um

governo que não fosse da Frelimo necessitaria. É provável que Miguel Murupa ou outro africano encabeçasse nominalmente algum partido ou posteriormente um governo dirigido nos bastidores por Jardim. E nas próximas semanas será com certeza feito um grande esforço no sentido de convencer o mundo de que esta seria a solução razoável para Moçambique.

É pois vital esclarecer que tipo de linha seguiu até agora Jorge Jardim. É um dos maiores capitalistas de Moçambique, dono de várias companhias, bem como do conhecido jornal direitista, «Notícias da Beira». A ele têm sido atribuídos os ataques organizados aos padres portugueses que anos atrás denunciaram os massacres de Mucumbura; na verdade, diz-se que possui um pequeno exército particular. Nos meses que se vão seguir é provável que Jardim apareça cada vez mais como alternativa da Frelimo, como o Diem do Sul de Moçambique. É improvável agora que alguém tente arrancar o interior do Norte à Frelimo, ou sequer tente lutar a sério pela costa a norte do Zambeze. Por sua vez, a própria Frelimo está limitada no que respeita aos seus quadros trei-

nados e não poderia dar qualquer réplica militar imediata no extremo sul.

A pergunta que se põe é de onde terá lugar a divisão. Se esta for feita de forma que os interesses externos desejam, com o estabelecimento de um governo «multirracial» orientado por Jardim, e ocupando o Sul, governo esse legitimado por Lisboa antes da retirada de Portugal, ou ainda em ligação com Lisboa, então a divisão seria feita sem dúvida pelo Zambeze, englobando para o sul a maior parte do centro, incluindo Cabora Bassa, dando protecção ao caminho-de-ferro que liga a Rodésia ao mar e deixando o Norte para a Frelimo.

Se, por outro lado, o novo Governo de Lisboa for suficientemente radical para reconhecer que a Frelimo é a única representante genuína da grande maioria do povo de Moçambique, tanto no Sul como no Norte, e concordar em negociar com ela, as forças brancas do Sul não poderão alimentar a esperança de manter o vale do Zambeze, ou mesmo talvez a Beira, mas uma declaração unilateral de independência no extremo sul torna-se bastante provável.

Um governo branco para todo o país nem sequer é hipótese a considerar, mas já o é para o Sul do Limpopo, desde que Lisboa se aproxima nitidamente para a Frelimo, como única maneira de acabar imediatamente com a guerra.

Neste caso, Lourenço Marques tornar-se-ia o centro de um pe-

queno satélite da África do Sul, controlado por brancos.

A questão imediata mais importante para Moçambique poderá ser quais as concessões que a Frelimo pode fazer sem abandonar princípios básicos, com vista a evitar a divisão do território, seja pelo Zambeze seja pelo Limpopo.

O MEDO DA CONGOLIZAÇÃO

por Marcel Niedergang

O processo de libertação das colónias portuguesas, iniciado pelos novos senhores de Lisboa, é moroso e encontra-se recheado de dificuldades até aqui ocultas. Começou bem — muito melhor do que se poderia imaginar em 25 de Abril, com os contactos, primeiro a título particular, depois oficiais, com o P. A. I. G. C., o Partido Africano para a Independência de Guiné-Bissau e das ilhas de Cabo Verde. O que é natural e por muitas razões.

A Guiné-Bissau, pequeno território (36 125 quilómetros quadrados), constituído por uma cintura costeira pantanosa e por um interior coberto na sua maior parte por florestas subtropicais, é o terreno ideal para a actividade de

guerrilhas. «Podemos deslocar-nos livremente» — dizia o general António de Spínola, ainda em 1973, quando era o comandante-chefe das forças portuguesas na área. Tinha razão, mas essas deslocações só se podiam fazer com segurança de dia e, na maior parte das vezes, de helicóptero. Por outro lado, as guerrilhas do P. A. I. G. C. podiam e podem gabar-se de controlar enormes superfícies do território. Se quisessem, poderiam ter atacado a capital, Bissau, pelo menos nos últimos seis meses; não o fizeram, mas as vantagens militares estavam a seu favor.

Bissau é um antigo porto de passagem dos navios portugueses na rota das Índias Orientais e não é uma terra de colonos. Só há

2500 brancos numa população de 600 000 pessoas, e aqueles são, na sua maior parte, funcionários civis, comerciantes e militares, mas poucos colonos. O desenvolvimento económico da colónia foi interrompido pela guerra.

Os dirigentes políticos e militares portugueses, incluindo o general Spínola, que o combateu durante quatro anos, foram profundamente influenciados pela notável personalidade de Amílcar Cabral, o líder do P. A. I. G. C., assassinado em Conacri em Janeiro de 1973. «As conversações de Londres — disse-me Mário Soares, ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo Provisório português — constituem, na realidade, uma vitória de Amílcar Cabral, o qual sempre admirei e continuarei a admirar. A sua morte é uma perda irreparável.»

É possível que o general Spínola nunca escrevesse aquele seu livro explosivo, «Portugal e o Futuro», se não tivesse na sua frente um adversário do calibre de Cabral, a quem chamou «o maior dirigente africano». Os métodos do P. A. I. G. C. ajudaram a consciencializar politicamente os oficiais portugueses, tanto como a entrada para o Exército de um grande nú-

mero de «milicianos» — estudantes universitários chamados como reservistas para reforçar um corpo de oficiais de carreira manifestamente impotente para enfrentar um conflito colonial cada vez mais grave.

A sua experiência na Guiné ensinou ao general Spínola e aos seus ajudantes, tais como o coronel Almeida Bruno, que a única maneira de se conservarem laços fortes e amigáveis entre Portugal e os seus territórios africanos era iniciar rapidamente o processo de descolonização. Foi em Bissau que tomou forma a ideia de uma nova federação portuguesa, constituída por Portugal e pelos territórios ultramarinos.

Durante vários anos tinham-se verificado contactos secretos entre o P. A. I. G. C. e os partidos portugueses de esquerda. Os dirigentes do Partido Socialista, em particular, sustentavam sempre que a restauração da democracia em Portugal só poderia dever-se a uma pressão cada vez maior da parte dos partidos africanos de inclinação socialista, tais como o P. A. I. G. C., na Guiné, o M. P. L. A., Movimento Popular para a Libertação de Angola, e a Frelimo, a Frente de Libertação de Moçambi-

que. Os próprios chefes militares portugueses, na Guiné-Bissau, tiveram contactos secretos com representantes do P. A. I. G. C. tanto na Guiné como no vizinho Senegal, graças aos bons officios do presidente Leopoldo Senghor.

Há uma infinidade de problemas que ainda terão de ser resolvidos na Guiné-Bissau, mas os guinéus e os portugueses têm um interesse comum em que se conclua o mais rapidamente possível um acordo de paz e de cooperação. A situação é muito mais complicada e incerta em Moçambique e, particularmente, em Angola.

Ao passo que a Guiné-Bissau é um aglomerado de tribos, Moçambique é um mosaico de raças — europeus, indianos e chineses, além dos africanos. Há menos de 200 000 portugueses numa população de cerca de 9 000 000, e só metade deles é natural de Moçambique. Os colonos confinam-se às cidades, com excepção de algumas áreas «agrícolas» na Beira.

As pessoas já começaram a fazer as malas e a partir. Numa só semana, deixou Lourenço Marques uma centena de técnicos portugueses, e outros estão a pedir para serem chamados de regresso à metrópole. Almeida Santos, o

ministro dos Assuntos Interterritoriais do Governo Provisório, teve de abandonar, ao que parece, o seu plano de instalar em Lourenço Marques um governador negro. Os africanos e os sectores mais liberais da população branca reagiram desfavoravelmente em relação ao presumível nomeado, o advogado Soares de Melo. As ambições rodesianas e sul-africanas estão a manifestar-se através das idas e vindas de pessoas proeminentes e de um certo número de actividades pouco claras que Lisboa considera inquietantes. Moçambique enfrenta inegavelmente o perigo do desmembramento.

Embora Moçambique seja relativamente pobre, não deixa de ser cobiçado. Mas Angola é muito rica e desejada por numerosos e poderosos pretendentes. Contudo, nada mudou, virtualmente, desde o 25 de Abril. Durante uma breve visita que fez recentemente a Luanda, o general Costa Gomes teve de insistir junto da administração local para que fosse observado um mínimo das regras democráticas vigentes em Portugal desde o levantamento militar. Durante o mês passado formaram-se em Angola cerca de trinta grupos políticos, mas muitos deles não são precl-

samente favoráveis a discussões livres e abertas com os movimentos africanos de libertação.

Muitas das organizações de colonos telegrafaram para Lisboa instando para que a Junta nomeasse como governador de Angola Adriano Moreira, actual presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa. Trata-se de um facto muito significativo. O Sr. Moreira foi o ministro responsável pelos territórios ultramarinos durante o regime de Salazar. Aliou-se aos direitos e tomou parte na conspiração de finais do ano passado para derrubar o primeiro-ministro, Marcelo Caetano, considerado «demasiado brando».

Também merece atenção o facto de ter surgido um pequeno Partido Trabalhista de Angola. Tende para a esquerda e advoga a formação de um governo local de coligação como primeiro passo para a autodeterminação, o que poderia conduzir dentro de dois anos à independência. Mas «independência» não significa a mesma coisa para os 500 000 portugueses numa população total de 6 000 000. Esta proporção não os encoraja a desistir incondicionalmente dos seus interesses.

Muito antes do golpe militar de Lisboa, o território tinha no Dr. Joaquim Fernandes Vieira, presidente da Associação Comercial de Luanda, o homem que poderia tornar-se um dia o equivalente angolano do rodesiano Ian Smith. O Dr. Vieira protestou violentamente contra o sistema de transferências, conhecido como sistema de pagamentos interterritoriais, o qual favorecia os interesses de Portugal em detrimento dos outros territórios. Só deixou de protestar quando Silva Cunha, ministro do Ultramar, o ameaçou de desterro. O Dr. Vieira, natural de Angola e «orgulhoso desse facto», declarou recentemente que nunca quis chefiar qualquer movimento separatista. Hoje, aprova a linha adoptada pela Junta tal como a interpreta, e espera que o povo de Angola «opte finalmente por uma solução federal».

A Frente Unida de Angola (F. U. A.) defende a mesma posição. Mas o Grupo Pró-Angola rejeita absolutamente a independência que Lisboa reconhece como uma das possíveis consequências de um referendo sobre a autodeterminação.

Angola estala de riquezas: minas de diamantes (capital portu-

guês, belga e sul-africano), minério de ferro em Kassinga, petróleo em Luanda (explorado pela Petrangol com capitais belgas e portuguesas) e especialmente em Cabinda (Gulf Oil), depósitos de urânio, café — o melhor de África conforme se afirma em Luanda. A população portuguesa espalha-se nas cidades onde os brancos estão a surgir como cogumelos, e no interior, onde agricultores e reprodutores vivem em grupos ou mesmo num relativo isolamento. Nos planaltos centrais do Huambo, Bié, na orla das savanas, desenvolveram-se novos colonatos, muito prósperos. Nessa mesma região, há três anos, a U. N. I. T. A. e o M. P. L. A. desencadeavam perigosos ataques.

Não há pânico no ar, em particular porque os movimentos africanos de libertação não se têm mostrado muito activos nos últimos cinco anos. Depois do levantamento sangrento de Fevereiro de 1961, verificou-se a habitual série de emboscadas e de ataques isolados que mantiveram ocupadas apreciáveis forças militares, mas que não interferem de modo algum com o desenvolvimento económico do território. Na realidade, a luta só actou como incen-

tivo aos investimentos e levou a uma explosão na actividade da construção e a aumentos de produção. A confiança dos colonos foi reforçada pelo facto de que os dois grupos africanos de libertação se digladiam frequentemente. Começa também a emergir uma classe média negra, e o casamento inter-racial é mais frequente em Angola do que em Moçambique.

Por todas estas razões, os políticos portugueses de esquerda, tais como o Prof. Francisco Pereira de Moura, agora ministro sem pasta do Governo Provisório, acreditam que Angola tem potencial bastante para se tornar «um novo Brasil». Contudo, há alguns pontos escuros. Em primeiro lugar, a enorme concentração de poder económico nas mãos de uma pequeníssima minoria branca; em seguida, existe uma intensa rivalidade entre os movimentos de libertação africanos, e ainda a guerra tribal que o regime salazarista acicatou para melhor controlar o território.

Finalmente, o mais inquietante é a avidez dos interesses estrangeiros, que podem ser tentados a explorar as fraquezas internas de

Angola. Segundo fontes dignas de confiança, os recursos petrolíferos de Cabinda, de fácil acesso (os peritos estimam que estes depósitos podem produzir mais de 100 milhões de toneladas de petróleo em bruto anuais, por volta de 1980), podem incitar a Gulf Oil a manter o «contrôle» exclusivo deste enclave no Congo por tanto tempo quanto possível.

As mesmas fontes afirmam que o presidente do Zaire, Mobutu, entusiástico protector de Holden Roberto, dirigente da Frente Nacional de Libertação de Angola,

que opera a partir de Kinshasa, não desaprovava estes planos petrolíferos. Este género de acontecimentos não é novo na África Central. Em 1960, Moisés Tshombé, cujos melhores amigos eram os magnates da Union Minière do Alto Katanga, separou Katanga do Congo logo após a independência da antiga colónia belga. Quando os novos dirigentes portugueses falam do perigo de os seus territórios africanos seguirem o mesmo caminho que o Congo, dão a entender que a ameaça não é pura imaginação.

SPÍNOLA EXPLICA A DESCOLONIZAÇÃO

Na posição até agora mais claramente definida sobre a nova política de Portugal relativa à descolonização dos seus territórios africanos, o presidente Spínola referiu, no dia 11 de Junho, um cauteloso processo de quatro fases: restauração da paz, reconstrução e desenvolvimento acelerados, estabelecimento das instituições democráticas e consulta popular sobre a solução fundamental. A implicação clara de protelamento da independência parece não agradar nem aos principais defensores de Spínola em Portugal continental nem às forças rebeldes das colónias.

O presidente afirmou que os povos de Angola, Moçambique e Guiné - Bissau poderiam escolher

entre « federação, confederação, comunidade ou a simples coexistência de Estados totalmente independentes ». Foi a primeira vez que usou a palavra « independente »; antes falava de autodeterminação.

A maior parte das declarações do general Spínola neste último discurso tinham como objectivo tranquilizar os negros que combateram ao lado dos portugueses nas guerras de guerrilhas, os negros que permaneceram neutros e as populações europeias das colónias. « Não os abandonaremos na cobarde procura do fácil e na demagógica busca da popularidade. »

Deixou a impressão de estar posta de parte a hipótese da concessão de independência relativamente rápida às colónias. Isso,

tuguesas em Angola e Moçambique resistirem à imposição de uma nova política, encontrarão provavelmente menos aliados activos entre os soldados do que os Franceses na Argélia num dado período; mas as tropas recrutadas não agiriam facilmente contra eles — muitos dos quais poderiam ter esperanças de que a África do Sul tivesse de enviar forças em seu auxílio, como fizera com a Rodésia, a fim de vencer a corrente do poder negro.

Os portugueses que vivem no Sul da África são duas vezes mais numerosos do que um quarto de milhão de brancos da Rodésia. Eles não poderiam, mesmo com o apoio da África do Sul, manter todos os vastos territórios portugueses, mas poderiam ser capazes de os manter o suficiente, para sustentar uma economia de emergência. O resultado imediato seria o esboço de uma nova linha divisória entre a África governada pelos brancos e a África governada pelos pretos, uma linha sujeita a uma mutação contínua, consoante o balanço das forças mudasse de curso. A já perigosa situação no

Sul da África aproximar-se-ia da catástrofe.

O reconhecimento destes perigos é já por si suficiente para justificar a relutância da Junta em Lisboa em tomar decisões apressadas acerca do intrincado problema de África. Mas estas decisões não podem ser adiadas por muito tempo. Obviamente, a coisa mais encorajadora acerca dos primeiros dias de existência do novo regime no Poder foi o ter-se evitado o derramamento de sangue por vingança e até a violência. A decisão da Junta de permitir a plena celebração do 1.º de Maio constituiu um risco calculado que se provou justificado; e o general Spínola estava pronto a trocar pontos de vista com os grupos políticos de todas as ideologias, incluindo o Partido Comunista, recentemente legalizado.

Depois de meio século sem qualquer espécie de diálogo político, os Portugueses, pelo menos, iniciaram um debate civilizado do qual podem surgir soluções civilizadas para os seus problemas. Mas ainda é muito cedo para podermos estar seguros do acerto dos seus juízos, ou da sua sorte.

«NADA DE CHILE...»

por Marcel Niedergang

«Partido Comunista Português»: a inscrição, letras vermelhas sobre fundo branco, está discretamente afixada na fachada, num segundo andar de um prédio burguês da zona do Campo Pequeno. Na entrada, plantas verdes, cobertas de poeira, em vasos. O elevador é ronco. Um militar sentado nos degraus guarda discretamente a porta. Há um mês, aquele local estava ainda ocupado pela Legião Portuguesa, organização paramilitar da extrema-direita do regime deposto.

Pouca coisa: algumas divisões quase vazias, vidros sujos, um único telefone que toca ininterruptamente, bancos, uma mesa comprida nua e manchada. Nas paredes, colados à pressa, retratos de

Lenine, fotografias da grande manifestação do domingo 19 de Maio, em que dezenas de milhares de camponeses se reuniram em Baleizão, no Alentejo já queimado pelo sol, para ouvirem Álvaro Cunhal, secretário-geral do P.C.P., e para celebrarem a memória de Catarina Eufémia, «heroína do Partido», assassinada há vinte anos pela polícia na sua terra. É apenas um começo: inscrições cuidadosamente feitas à mão pedem voluntários para procederem à distribuição dos documentos do Partido e também dinheiro, contos de reis, «muitos contos de reis», para manter o P. C. P.

Os jovens militantes, rapazes e raparigas de cabelos curtos e de «blue-jeans», parecem já adapta-



dos. Oferecem, sorridentes, a biografia oficial de Álvaro Cunhal, que pediu que o não chamem nunca «senhor ministro». Mostram panfletos que ainda não têm quatro semanas, boletins policopiados de «O Militante», órgão clandestino da Comissão Central, uma declaração da comissão política que, em Outubro de 1971, reclamava «o fim da guerra colonial», um fac-símile do jornal do Partido, «Avante», que nunca deixou de ser distribuído às ocultas durante o regime salazarista, e que se encontra agora todas as sextas-feiras nos quiosques e nos passeios, depois de uma proibição de meio século.

Cinquenta anos! Os velhos dirigentes são aqueles a quem isto parece inacreditável. Álvaro Cunhal, perfil de águia, rosto de pedra sob uma cabeleira branca e espessa; Pedro Soares, seu companheiro de cativo em Peniche, a prisão-fortaleza à beira-mar, de face rosada e cheia, apesar do paludismo que o atingiu aos 20 anos nos trabalhos forçados do Terrafal, campo de presos políticos nas ilhas de Cabo Verde, mas de cabelos brancos como os de Álvaro; Blanqui Teixeira, José Magro e os outros... Na rua, olham para a ins-

crição na fachada, piscam os olhos, ao sol intenso de Verão que banha Lisboa, ontem tão ajuizada e hoje entregue ao sorriso da multidão, à alegria e à contestação generalizada. E dizem: «Como poderíamos acreditar, seis semanas atrás, que isto fosse possível?»

Ainda não saíram completamente da clandestinidade e das lutas encobertas; são desconfiados, prudentes, sabem que nada está ainda definitivamente conquistado e que o caminho é longo até às eleições gerais, que devem realizar-se em 31 de Março de 1975. Dizem que «não é de excluir a possibilidade de um contragolpe da reacção» e que, apesar de tudo, «muitos homens do antigo aparelho de Estado se conservam ainda nos seus postos».

Evitar todas as provocações

Do outro lado da cidade, a sede provisória do Partido Socialista é, pelo menos, igualmente exígua e os apelos às novas adesões são semelhantes. Mas nas divisões cheias de cravos vermelhos que murcham há uma desordem febril, na expectativa da chegada de Má-

rio Soares, que almoça à pressa num pequeno restaurante próximo do seu Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem qualquer guarda-costas, e cujo rosto ostenta já os sinais da fadiga e das responsabilidades. Ao contrário, a porta das instalações do P. C. P. encontra-se fechada e abre-se apenas discretamente. Mário Soares tem uma finalidade que já é quase uma obsessão: fazer a paz em África, conservar-se fiel aos princípios anticolonialistas do Partido Socialista. Os dirigentes do P. C. P. têm uma preocupação e uma regra de orientação: evitar toda e qualquer provocação que pudesse pôr em causa a difícil construção de uma nova sociedade democrática.

E isto porque muitos dos seus membros estavam há bem pouco tempo nos calabouços de Peniche, de Caxias, do Aljube, de onde se vê, por um respiradouro aberto ao nível do passeio, a bela fachada românica da Sé Catedral. No total, os membros da Comissão Central passaram duzentos e cinquenta anos nas prisões, uma soma de que se orgulham. Quando os ouvimos debruçarem-se sobre o seu passado o itinerário é monótono: trabalho clandestino, prisões, torturas, evasão, regresso à

luta clandestina, prisões de novo, outra vez os agentes da P. I. D. E., cuja grande especialidade era a tortura «do sono»: oito, quinze dias, sem dormir, de pé, numa divisão vazia. Disse um membro da Comissão Central: «Levei anos a refazer-me e ainda hoje sinto perturbações.» As chamadas medidas «de segurança» permitiam que fossem mantidos na prisão por tempo indeterminado. No termo normal da pena, o prisioneiro político podia ser conservado detido sem que fosse necessário novo processo, desde que a administração (neste caso a direcção da polícia política) considerasse que a sua libertação era «prejudicial à ordem pública». Condenado aos 18 anos a dois anos de cadeia por pertencer às Juventudes Comunistas, Pedro Soares, expirada a pena, foi imediatamente enviado para o Tarrafal, onde ficou seis anos. «Ao princípio, estávamos alojados em tendas. Os camaradas morriam por falta de tratamentos ou de inanição.»

O Partido de Álvaro Cunhal considera-se, sem o proclamar abertamente, diga-se a verdade, o Partido dos presos e dos torturados, e aquilo a que os próprios

chefes dão hoje o nome de «grande acontecimento histórico» foi a espectacular evasão de Cunhal e de uma dezena de outros presos da fortaleza de Peniche, em 3 de Janeiro de 1960. Esta é a melhor recordação. Ao fazerem o relato, repetido sem dúvida inúmeras vezes, de uma acção que suscitou a fúria de Salazar e provocou a demissão do director da P. I. D. E., os olhos brilham de emoção, os rostos sulcados de rugas destes homens duros iluminam-se. De repente, tornaram-se quinze anos mais novos, e com este recuar no tempo é como se tivessem saltado o muro do colégio, numa risada silenciosa e de coração batendo fortemente, na alegria de se escaparem aos guardas iludidos.

Jamais alguém se evadira de Peniche. Protegida por uma impressionante muralha exterior e por um fosso, a sinistra fortaleza, construída para obstar a uma eventual invasão das tropas de Napoleão, domina o oceano e a povoação de pescadores.

O dia «D» é um domingo. Cunhal e os seus camaradas encontram-se no terceiro andar da cidadela. Chove. Um jovem guarda, seu cúmplice, forneceu o tam-

pão e uma garrafa de clorofórmio. Durante a refeição da noite apenas um guarda armado vigia o refeitório. O grupo consegue distraí-lo, falando de futebol, e apodera-se rapidamente dele, dominando-o pela aplicação do tampão de clorofórmio na cara, amarra-o, tendo a preocupação de não o asfixiar, e abandona-o numa cela. Segue-se a corrida desenfreada... «Foi preciso deixarmo-nos escorregar ao longo de um primeiro muro de 6 metros de altura, passar de um terraço para outro, trepar para evitar um guarda, atravessar o fosso, saltar uma muralha exterior...» Para vencer o último obstáculo, os evadidos dispõem de um lençol que serve de corda. Cunhal é o primeiro a passar. O guarda cúmplice, que treme à ideia de ser apanhado e fuzilado, é o segundo. Encontram-se todos junto da fortaleza, são e salvos, à excepção de alguns que coxeiam. «Nesse momento fomos vistos por pescadores. Ficaram impassíveis.» Dois carros esperam na povoação. Os cães-polícias, desorientados pelo clorofórmio, irão conduzir mais tarde os guardas a uma farmácia das Caldas da Rainhal. Há guardas que afirmam ter visto ao largo de Peniche barcos soviéticos à espera

dos fugitivos. Cunhal, por ordem do Partido, permanecerá ainda dois anos na clandestinidade em Portugal, depois da evasão.

Como é que conseguiram durante tanto tempo uma organização, um mínimo de estruturas? «Foi um milagre — respondem. — Ao princípio éramos um Partido bem pequeno e o mundo operário estava dominado por correntes anarco-sindicalistas. Foi preciso, lentamente, criar estruturas, definir uma directriz. O verdadeiro obreiro do P. C. P. foi nessa altura Bento Gonçalves, um operário dos estaleiros navais de Lisboa. Era um grande dirigente operário que lançou as bases do nosso Partido até ao dia da sua prisão. Deportado primeiro para os Açores, foi depois transferido para o Tarrafal, onde morreu a 2 de Setembro de 1942...»

A «manutenção da linha não sectária»

Ao invés, Álvaro Cunhal é um universitário que fez estudos de Direito. Já estava preso — pela primeira vez — quando fez os úl-

timos exames. O professor chamava-se — que grande ironia «à posteriori!» — Marcelo Caetano. Sente-se em Cunhal a preocupação de não fazer ou dizer seja o que for que possa favorecer o culto da personalidade, e não é por acaso que o P. C. P., em menos de um mês, já escolheu os seus «heróis»: Catarina Eufémia, uma modesta camponesa do Alentejo, Bento Gonçalves, um operário deste arrabalde que se atinge tomando o «ferry-boat» que atravessa a admirável baía do Tejo e do qual sobem as nuvens de fumo alaranjado da siderurgia. Com 60 anos de idade, Cunhal viveu quarenta e dois na clandestinidade. Antigo combatente nas fileiras republicanas durante a guerra civil espanhola, faz parte de um governo organizado por um general que, nessa ocasião, estava do lado franquista. Que estranho encontro!

«Nós sabíamos — afirmam os chefes do P. C. P. — que se preparava qualquer coisa. Sabíamos que a politicização do Exército aumentava, que alguns regimentos, como em Évora, se recusavam a partir para a guerra de África. Para nós, neste momento não há militares e civis, mas apenas uma

aliança do Exército e do Povo...»

Desde o começo da guerra africana que o P. C. P. tinha ordenado aos seus militantes que não desertassem individualmente «para favorecer as deserções em massa» e também «para contribuir para esta tomada de consciência inevitável dos oficiais e dos soldados». Nas dependências do Partido, um dos cartazes que mais se vêem mostra camponeses, soldados, operários e estudantes caminhando lado a lado para o futuro, com cravos vermelhos ao peito. Em 19 de Maio, em Baleizão, um coronel da guarnição militar de Beja fez questão de usar da palavra junto de Álvaro Cunhal. E decerto existem no Movimento dos capitães oficiais comunistas.

«A partir de 1921 — precisam vigorosamente os dirigentes do P. C. P. — que tomámos posição contra a repressão da revolta de São Tomé. Em 1931 dizia Bento Gonçalves: 'Nós, os comunistas, devemos colaborar com os povos dominados pelo imperialismo e pelo colonialismo...' O nosso comprometimento contra a guerra não nasceu ontem.»

Uma aliança do Povo e do Exército para pôr fim, o mais de-

pressa possível, à guerra colonial. Este tema essencial, defendido pelo P. C. P. após o 25 de Abril, tem o seu complemento numa outra tese, apresentada como a ilustração da «manutenção da linha não sectária»: a unidade das forças populares e das forças democráticas. Trata-se, na verdade, de não separar uma classe operária, cujas reivindicações se definem e se multiplicam, das classes médias, as quais podem rezear uma degradação da economia e da moeda. «As reivindicações dos trabalhadores são justas e legítimas. Nós defendemo-los e continuaremos a defendê-los. Mas também chamamos a atenção das massas trabalhadoras contra toda e qualquer acção que poderia favorecer uma crise económica. É preciso fazer tudo para evitar um caos económico que daria ensejo às direitas de culpabilizar a experiência democrática. Ora, este caos é hoje desejado pelos monopólios portugueses, os quais já prometeram conceder importantes aumentos de salários se todas as empresas o fizerem. É evidente que isto seria a condenação à morte de inúmeras pequenas e médias empresas. Denunciamos esta manobra e esta provocação.»

Para o P.C.P., a lição da experiência da Unidade Popular chilena parece, portanto, evidente: «Manter a unidade de todas as forças favoráveis à democratização e não ceder às exigências es-

querdistas.» Dizem, ironicamente, os dirigentes que «já existem oito organizações esquerdistas em Lisboa». Para eles, o horizonte de Março de 1975 é simples: não a um novo Chile em Portugal!...

A HIERARQUIA CATÓLICA CONTINUA À MARGEM DAS TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS

por Marcel Niedergang

A Igreja Católica portuguesa, cujos chefes não souberam ou puderam libertar-se a tempo da dominação salazarista, é uma das grandes vencidas da mudança de regime. Alguns cristãos, religiosos ou laicos, lutaram, no entanto, na sombra durante anos ao lado dos comunistas, socialistas ou esquerdistas. Em 25 de Abril à tarde, um arquitecto católico muito conhecido, Nuno Teotónio Pereira, membro da Comissão Nacional de Auxílio aos Presos Políticos, aprisionado em Caxias desde Dezembro de 1973, era libertado pelos militares. A seu lado, igualmente marcados pelas torturas sofridas nas salas de interrogatório da P. I. D. E., o doutor em teologia, antigo professor do seminário de

Lisboa, Luis Moita, a sua irmã e o seu irmão, o Rev. António Correia, cura de Palmela, um antigo diácono, Joaquim de Castro e outros ainda...

Antes da sua prisão, Nuno Teotónio Pereira redigia um boletim clandestino de luta contra a guerra colonial, «B. A. C.». No mesmo 25 de Abril, em compensação, os bispos estavam reunidos em Fátima, entre Lisboa e Coimbra, para preparar a peregrinação habitual do 13 de Maio. Era difícil defender o contrário mais completamente. Fátima foi oficialmente sacralizada pelo governo de Salazar e explorada politicamente por um regime fascista que conseguiu a proeza de praticar um anticomunismo de combate mesmo antes

de o Partido Comunista estar efectivamente organizado em Portugal.

Supreendidos pela sublevação — mas não eram os únicos —, os bispos, com o cardeal-patriarca de Lisboa, António Ribeiro, à cabeça, não reagiram. Um tímido comunicado da conferência episcopal foi publicado somente em 30 de Abril. Exprimia o voto de que «os acontecimentos do 25 de Abril contribuam para o bem da sociedade portuguesa».

Os cristãos colaboraram desde há uma dezena de anos com as formações mais ou menos clandestinas da oposição democrática. O Prof. Pereira de Moura, hoje ministro de Estado do governo de Palma Carlos, foi, por exemplo, uma das principais personalidades da C. D. E. (Comissão Democrática Eleitoral), que representava, nas eleições de Outubro de 1969, uma corrente da esquerda revolucionária, praticando na ocasião a unidade política com os comunistas. Pereira de Moura é também o fundador do Movimento Democrático Português, que reagrupa hoje cristãos e marxistas. Um teólogo de grande valor, o padre Felicidade Alves, tinha colocado com franqueza e coragem o problema

da guerra colonial. Isso valeu-lhe a prisão. Em Angola, o Rev. Pinto de Andrade, hostil à guerra, era igualmente preso e exilado na metrópole. Em Abril de 1971, colonos portugueses manifestavam-se em Moçambique e molestavam D. Manuel Vieira Pinto, bispo de Nampula. Este último foi chamado a Portugal e praticamente confinado à residência. Os massacres das populações civis em Moçambique não eram falados nos boletins do episcopado, semelhantes a uma imprensa pelo menos tão submetida à censura como entregue a qualquer coisa de pior: a autocensura e a complacência.

Se os sinais de revolta e empenhamento não faltaram, portanto, particularmente depois do começo da guerra em África, a hierarquia como tal praticamente manteve-se sempre impassível. Ainda hoje guarda um silêncio embaraçado. Um único bispo na metrópole ousou manifestar sentimentos não conformistas. É D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto. Em 1958, tinha dirigido uma carta a Salazar para reclamar um pouco mais de liberdade e um pouco menos de repressão. Foi então brutalmente exilado em França, em Lourdes, pelo governo de Lis-

boa, sem que o episcopado protes-
tasse ou exprimisse uma opinião
tal como a Concordata lhe permi-
tia fazer. Chegado do exílio em
1969, depois do acesso à Presi-
dência do Conselho de Marcelo
Caetano, que pretendia dar pro-
vas de liberalismo, o bispo do
Porto limitou-se depois a murmurar
em voz baixa no seu palácio
episcopal. Em Lisboa, a morte do
velho cardeal Cerejeira (1), amigo
de infância e de estudos de Sala-
zar, e a sua substituição por um
jovem bispo, D. António Ribeiro
— tinha apenas 44 anos em
1969 —, suscitavam esperanças
nos círculos liberais, tanto mais
que esta passagem de poderes
coincidia com o afastamento de
Salazar e a chegada à Presidência
de Marcelo Caetano.

Cravos vermelhos e cravos brancos

Recebendo-nos na época no seu
palácio do Campo de Santana, o
novo patriarca de Lisboa, homem

(1) O cardeal Cerejeira continuava vivo
à data deste artigo. Eis mais um dos in-
úmeros erros dos correspondentes estran-
geiros, mesmo bem informados. Como é
o caso deste, que, mais adiante, volta a
cair num erro: o de localizar a 1.ª Repú-
blica no século XIX. (N. do E.)

sólido, de rosto aberto, confirma-
va-nos efectivamente os seus senti-
mentos liberais rogando-nos, con-
tudo, que não os divulgássemos.
Em 31 de Dezembro de 1972, mi-
litantes católicos organizavam em
Lisboa uma vigília pela paz (quer
dizer, contra a guerra colonial) na
capela do Rato. Foram natural-
mente expulsos pela polícia, se-
bem que tenham afirmado ter
obtido previamente autorização
das mais altas instâncias religio-
sas. De facto, um comunicado do
secretariado de António Ribeiro,
publicado depois deste incidente,
não renegava completamente a
reunião. Pela primeira vez na his-
tória do regime, o primeiro repre-
sentante da Igreja não alinhava in-
condicionalmente com o governo.
Mas este gesto de boa vontade
não foi seguido de outros. Logo
que o governo Caetano, abando-
nando as suas veleidades de libe-
ralização, retomou os piores mé-
todos de Salazar, deixando a
P. I. D. E., rebaptizada D. G. S.,
interrogar os prisioneiros políticos
à sua maneira, a hierarquia guar-
dou silêncio.

Muito atrasada em relação à
Igreja espanhola, que terce armas
cada vez mais vigorosas com o
governo franquista, a Igreja portu-

guesa não conseguiu dominar nem os seus rancores herdados da longa luta contra a I República do século XIX nem a sua letargia, fruto dos favores do regime de Salazar. Paradoxalmente, a Constituição e a Concordata de 1940 deixavam, no entanto, à Igreja portuguesa uma margem de manobra bem maior que aquela de que dispunham e dispõem ainda os bispos espanhóis, antigos pilares da «cruzada» de 1936. Mas a força das coisas e a obstinação do cardeal Cerejeira — que tinha, em Coimbra, partilhado a mesma «república» que Salazar — privaram a Igreja dos seus trunfos. Ela não sentiu realmente o poder da corrente profunda que agitava a sociedade portuguesa, corrente ainda acelerada pela guerra africana.

Como cada ano, a peregrinação de Fátima, no último 13 de Maio, foi um grande sucesso. Mas este pormenor pareceu insignificante à nova imprensa portuguesa, que o não realçou. É que os protestos de boa vontade do episcopado foram, eles também, bem pálidos depois do 25 de Abril. Em 5 de Maio, os bispos exortavam a nação «a voltar as costas ao ódio e à violência». Tratar-se-ia, no espí-

rito dos bispos, de defender os agentes da antiga polícia política, presos mas só excepcionalmente molestados? Nenhuma outra «cena de violência» era nesse momento assinalada em Portugal. Frase infeliz e ambígua. No mesmo apelo, os bispos desejavam que «as lutas de classes, que não poderiam ser senão prejudiciais», fossem evitadas. A 11 de Maio, o conselho presbiterial do Patriarcado de Lisboa afirmava «querer colaborar no processo de construção histórica no qual o povo português está empenhado». O comunicado prosseguia: «Este empenhamento da Igreja é a melhor maneira de fazer penitência pelos seus erros passados...»

Tal não é, parece, a opinião de todos os cristãos portugueses. Participando eles também no grande movimento de discussão política e de análise de grupo que agita Portugal depois do 25 de Abril, um milhar de cristãos, reunidos em Lisboa, desejaram que os bispos apresentem a sua demissão. Seriam apenas mantidos nos seus postos «aqueles que o povo cristão designaria». Os outros, segundo uma moção aprovada pela maioria dos assistentes,

deveriam partir «porque são irre-
cuperáveis numa nova sociedade
democrática». A demissão ime-
diata do bispo de Madersuma, ca-
pelão das Forças Armadas, foi
igualmente exigida. A 18 de Maio,
uma carta aberta aos bispos foi
publicada na imprensa.

Esta espantosa súplica aparen-
temente não chocou ninguém num
Portugal entregue, é certo, à con-

testação generalizada e à euforia.
Os bispos ainda não responde-
ram. Visitando, na segunda-feira,
Mons. Sensi, núncio apostólico,
Mário Soares, ministro português
dos Negócios Estrangeiros, não
somente rompeu com os usos di-
plomáticos mas também deu pro-
vas de coragem política. A partida
do núncio foi igualmente reclama-
da pelos cristãos encolerizados.

RETRATO DE UM CAPITÃO

por Manuel Leguineche

Deixou o bastão com punho de pele de cobra e as luvas de cabedal em cima da mesa redonda. Estamos na sala de oficiais de uma Academia de Cavalaria, perto de Lisboa. Por cima de nós há um emblema da corporação, «a galope com o coração ao alto», e a frase retórica e militarista de um escritor português que fala de cargas de cavalaria e da defesa do Portugal «africano» à baioneta entre rios de sangue. Mas nas palavras deste jovem capitão há outro espírito, outra consciência do dever. É um dos porta-vozes do «movimento dos capitães». Esta é a descrição que me fez da sua vida, em termos simples e até contraditórios.

«Sou capitão há oito anos. Ago-

ra tenho trinta e três. De cavalaria. Escolhi a cavalaria porque é uma questão de espírito da arma. Gosto de cavalos, pois embora se diga que passaram de moda como instrumento bélico exercito-me com eles sempre que posso. Cavalgo dentro da Academia ou fora dela, como os outros doze capitães que estamos cá. Estas botas de montar que trago não são de fantasia. Claro, também dirigimos colunas de blindados e carros de combate, a moderna cavalaria.

Os de cavalaria não somos melhores nem piores que os das outras armas. Somos diferentes. Para escolher a cavalaria é preciso ter pensado antes na nossa missão numa guerra tradicional, por exemplo, na importância de

um ataque de carros. Gostamos do perigo. Em Portugal, é uma arma reduzida em que nem todos podem entrar. Há uma grande competição, mas isso foi para mim apenas um incentivo. Finalmente, passei em todos os exames e com o tempo consegui os galões de capitão. Porque chegou uma altura em que o Exército português precisava de capitães para o ultramar. A guerra contra os terroristas (sic) exigia a criação de novas promoções de oficiais jovens, e a urgência em enviá-los para o ultramar acelerou a sua formação. Anteriormente, para ser capitão era preciso estudar durante seis ou sete anos. Agora sai-se capitão depois de três anos. Nós, os capitães, fomos a classe mais sacrificada na guerra do ultramar. Como diz o general Spínola no seu livro, nós, os jovens capitães, sofremos intensamente na África e depressa tivemos uma consciência crítica do que lá acontecia e das razões ou falta de razões pelas quais éramos mandados para o ultramar. Sentíamos que a nossa formação intelectual não era suficiente e estudávamos por nossa conta, à base de livros, de longas conversas com os universitários. Mas o mais importante

foi o facto de que a população odiava o Exército e o que o Exército representava. Depressa ficámos a saber que não defendíamos uma nação, mas um governo e uns poucos. O povo, que nos desprezava, não tinha nada a ver com o que acontecia na África. Esta ideia espalhou-se rapidamente por outras corporações intermédias do Exército.

O nosso movimento não tem dirigentes, não os quisemos desde o princípio. Por isso, não publique o meu nome. Não fomos guiados por um espírito de «élite» ou de grupo de eleitos. Funcionámos em equipa. Cada grupo de capitães estava encarregado de uma missão específica. Uns encarregavam-se do aspecto político; outros, da organização ou do estudo do aspecto militar; outros, da questão pessoal; outros, da acção directa. Cada unidade ou cada grupo de capitães tinha o seu representante. Era o encarregado de contactar com outros porta-vozes de outros grupos de capitães em Lisboa. Naquelas reuniões, cada porta-voz expunha as suas experiências ou o resultado dos estudos do grupo. Tudo se coordenava e se aglutinava de acordo com estas reuniões de capitães em

Lisboa. Tomavam-se decisões em comum, planeava-se uma estratégia, calculava-se o alcance que poderiam ter os nossos movimentos. Poucas vezes distribuíamos panfletos ou manifestos escritos. Tudo era feito de acordo com este processo de comunicação de representantes dos diversos grupos de capitães que se reuniam em Lisboa. Depois, cada um, ao voltar à sua unidade, transmitia os resultados ou as impressões gerais.

Pode-se dizer que o «movimento dos capitães», o período mais activo do nosso trabalho, começa quando o ministro do Exército, conhecedor do nosso espírito de crítica, começa a fazer transferências de capitães para tentar desarticular o movimento. Tenta dispersar-nos: uns vão para Bragança, por exemplo, e outros para os Açores. O mais longe possível de Lisboa. Isto acontecia uns quinze dias antes do caso das Caldas da Rainha. O ministro do Exército e os oficiais generais entraram em acção directa contra nós quando aconteceu, em 16 de Março, o caso das Caldas. Ainda não estava tudo organizado para o golpe final. Talvez os das Caldas esperassem o apoio de outras

unidades, estavam ansiosos por actuar, mas ainda não era o momento. Depois disso aumentou a repressão contra nós e continuaram as transferências para desarticular o movimento dos capitães. Começou o processo dos oficiais das Caldas, presos. Mas as nossas reuniões em Lisboa continuaram. Eu fui representante do meu grupo em várias ocasiões. Não sou o que se pode chamar um político, mas tinha a certeza de que o povo português não podia continuar com o mesmo sistema de governo ou com o mesmo governo. O que nós pretendíamos era, simplesmente, entregar os destinos de Portugal a Portugal. Não li muito sobre teoria política, porque a nossa vida militar quase não nos permite ler. Além disso, após uma semana numa missão operacional contra os terroristas no mato de Angola, a única coisa que apetece é a evasão. Gosto de teatro e de cinema, sobretudo dos filmes musicais. Mas, como digo, é muito difícil formar-se intelectualmente no Exército. Apesar de tudo, recebia do meu irmão, que é advogado, livros sobre temas sociais e económicos. Interesse-me sobretudo pelos problemas ou questões de economia. O livro do general

Spínola revelou-nos outros horizontes. Nele estavam escritas, por um homem que nós, os capitães, sempre considerámos honesto e recto, algumas das teses que nós defendíamos em segredo. Sofreu o nosso drama no ultramar e era o primeiro nas operações contra a guerrilha.

Lutei durante dois anos em Angola e quatro em Moçambique. Foram seis anos de uma dureza impressionante. Cheia de perigos, sobretudo de incertezas; nunca se sabe quando vão atacar. Sempre na expectativa de uma emboscada dos guerrilheiros. Estávamos isolados não só das nossas famílias mas também das grandes cidades como Luanda ou Lourenço Marques, onde a vida decorre com normalidade. Montar um acampamento é um trabalho árduo. Falta o essencial e há a sensação de se estar desligado e perdido. É uma guerra de nervos constante, sobretudo devido às minas. Nunca se sabe onde pôr o pé e anda-se sempre de olhos no chão para tentar descobrir uma mina. O que importa é sobreviver, sair de uma emboscada ou evitar o grande perigo: a mina. Nem sequer pensei no meu inimigo, o terrorista (sic), mas em disparar para que não me

matassem. É um instinto de auto-defesa. No guerrilheiro depressa se formou a ideia de que o branco é um explorador, um senhor feudal. Depois falamos de racismo e, desta forma, a guerra torna-se ideológica.

As nossas operações contra o terrorista começavam quando ainda era noite escura, embora tudo dependesse do dispositivo inimigo e da zona. Em Moçambique lutei de uma maneira e em Angola de outra. Eram tácticas diferentes, segundo a configuração do terreno ou as forças do inimigo. Porque a luta contra a guerrilha desfaz todos os esquemas clássicos, não se sabe a que hora se vai sair do quartel ou do acampamento, a que hora se vai comer, se se pode ou não fumar um cigarro. Sai-se para uma operação de um dia, ou de quatro dias, ou de três, e leva-se latas de comida pré-fabricada sem poder prever os movimentos. A África é dura e implacável com o soldado branco. Está muito frio e muito calor, chuva, vendavais e um silêncio penetrante. Não se consegue dormir, e esta vida transtorna. A luta contra a guerrilha é extenuante, porque é preciso estar atento a todos os pormenores.

Nunca permiti que se torturasse ou se cortasse a cabeça aos prisioneiros terroristas. Repito: nunca o permiti, desde a primeira vez que um franco-atirador matou um dos nossos homens e foi descoberto e feito prisioneiro. O sargento pediu-me licença para cortar-lhe as orelhas. «Serás castigado, se o fizeres» — respondi-lhe. Depois houve outras ocasiões, mas nunca permiti que se tocasse num prisioneiro. Lá, a nossa vida aproximou-nos do soldado. Nas horas mortas, que eram poucas, ouvíamos música na rádio para descansar o nosso sistema nervoso e, sobretudo, falávamos. Conhecia um por um os meus cinquenta soldados. Conhecia os seus problemas económicos, familiares e os contratempos que representavam para eles dois ou mais anos no ultramar. Como digo, nós, capitães, vivemos em contacto muito directo com o soldado. Líamos as suas cartas ou compartilhávamos as suas vivências. Aqui, no quartel, fazemos uma vida muito diferente. Mas em Angola, Moçambique ou na Guiné, o soldado e o capitão vivem e lutam lado a lado. Nada disto acontecia aos generais, que, excepto Spínola e algum que outro, viviam comoda-

mente a guerra em Lisboa. Vi capitães meus amigos e companheiros de Academia morrer lá, no meio de uma paisagem maravilhosa, com praias, cascatas, palmeiras, de temperaturas tão oscilantes, uma paisagem de grandes dimensões. Lá vivi também o dia mais emocionante da minha vida: quando mataram um soldado a dois metros de mim; era da minha companhia. Foi em 1966 e eu acabava de chegar. Estava atónito, surpreendido com aquela paisagem e com aquela guerra. Mata-ram-no no assalto a um acampamento terrorista, desfizeram-lhe a cabeça com um tiro. Mas depois isso passa, já não se reage, a pele endurece: é a guerra.

O «movimento dos capitães», dizem alguns, tem raízes económicas, ou melhor, tem reivindicações salariais. Não é verdade. Começou tudo com um decreto do Ministério da Defesa Nacional sobre a integração de antigos oficiais milicianos. Queriam equipará-los aos oficiais de carreira. Nós protestámos. Foi o primeiro protesto.

Viajei muito pouco pela Europa, mas verifiquei sempre que nos desprezavam, que Portugal era qualquer coisa como uma vergo-

nha na Europa. Isto doía-me. Mas os europeus não desprezavam, como é natural, o povo português que não tinha culpa nenhuma, mas sim o Governo e o Exército, que era o seu instrumento. Uma vez, em Paris, não me atrevi a confessar que era capitão do Exército português e que tinha lutado durante seis anos em África. É esta a razão do nosso golpe de 25 de Abril: restituir as esperanças ao povo, as suas liberdades, para que possamos passear pela Europa com a cabeça levantada. Acabámos com a P. I. D. E., a polícia política, de quem fomos vítimas, embora indirectamente. Sabia, pelo povo, o que a P. I. D. E. fazia. Pelos estudantes universitários, com quem falava. Pelo meu irmão, que é advogado. Os nossos familiares, os nossos amigos ou os estudantes informavam-nos do que acontecia no país. Recebia as suas cartas em Angola e Moçambique e diziam-me claramente que quem tinha a culpa era o Exército, se não intervisse.

Sou militar, mas não militarista, e julgo que é este o caso dos meus companheiros. Vi cinquenta, sessenta, não sei, cem pessoas, morrer a meu lado, soldados da minha companhia ou terroristas,

e tenho horror à morte. Não compreendo a pena de morte. Sou pacifista por educação, não faço guerra por gosto, não sou um mercenário. Escolhi esta carreira porque tinha vocação para ela. Um dia, o meu pai, que é professor, entrou na infantaria como oficial miliciano. Era eu pequenino e ia ao quartel, onde havia cavalos, e gostava daquela vida. Depois de fazer o sétimo ano do liceu decidi ser militar de profissão. Estive três anos na Academia Militar de Lisboa e ano e meio na Escola Prática.

Em 1966, fui para o ultramar. Aquilo foi um choque para mim, porque era tudo improvisado: os quartéis, os acampamentos. Lá, o capitão está sozinho, não é como no quartel. Decide, quase a sós, sobre a vida e movimentos dos seus homens. Isto ensinou os capitães a organizar, a decidir em circunstâncias difíceis, a diagnosticar uma situação e a resolvê-la. O povo odiava-nos porque éramos cúmplices, e pusemo-nos todos a trabalhar com os tenentes e com os majores, embora nós é que fornecêssemos o grosso da coluna, porque somos muitos mais, para acabar com aquilo, com o divórcio entre o povo e as Forças

Armadas, com a repressão. Não nos deixavam estudar, ler ou preocupar-nos com temas importantes; isolavam-nos do povo. Tudo para defender o poder económico de uns quantos. Salazar dissera um dia que os portugueses estavam «orgulhosamente sós». Aquilo era uma aberração. Por isso actuámos.

A alegria voltou à rua e aos quartéis. Trazem-nos ramos de flores e querem homenagear os capitães. Não é preciso. Fizemos o nosso dever, depois de preparar tudo minuciosamente. Não foi fácil, ou tão fácil como parece.

Se o movimento fracassasse, seríamos todos desterrados para sempre e a repressão seria terrível. Mas os soldados estavam conosco e as nossas famílias. O meu irmão, o advogado, o outro, que vai ser médico, e os amigos universitários mandaram-me um telegrama emocionante. Mas isto foi obra de todos.

Esqueci-me de dizer-lhe que estou casado desde 1965. Tenho dois filhos; a menina, que fez 6 anos, nasceu em Moçambique. Ganho 9000 escudos por mês e mais 3000 quando me mandam para o ultramar.

Colecção

Novos Cadernos D. Quixote

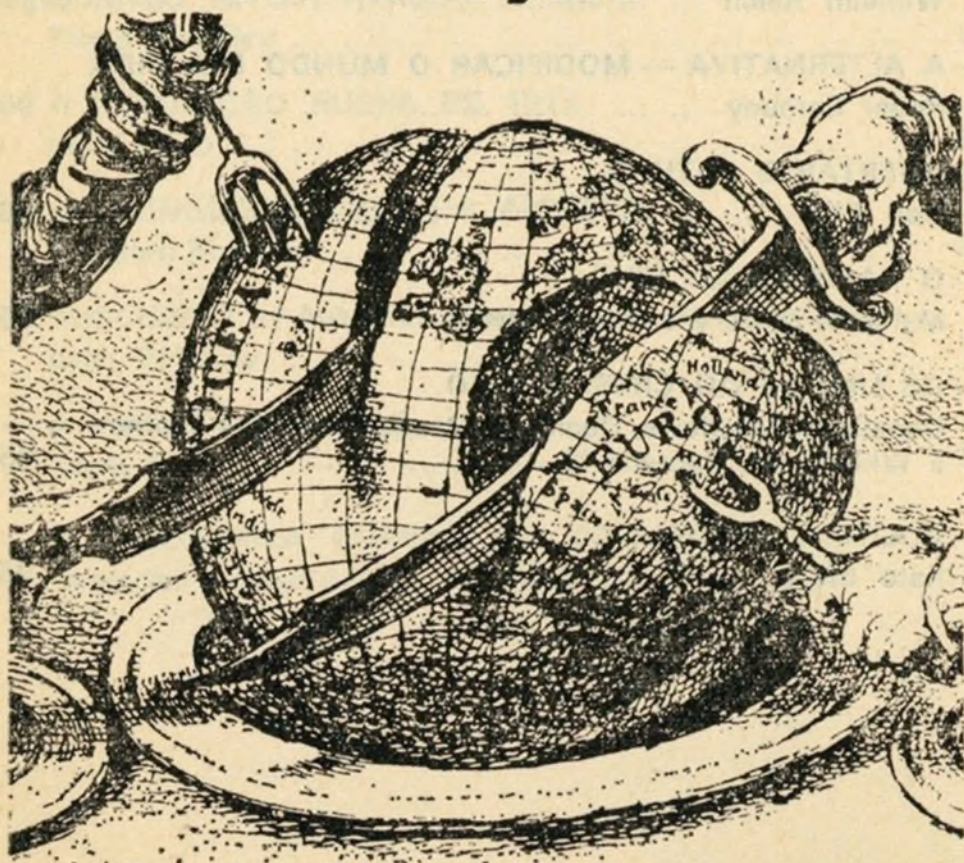
1 — América, Nixon, etc.	30\$00
2 — Mafia — Cosa Nostra?	30\$00
3 — Europa e Mercado Comum — sonhos, realidades e mitos	30\$00
4 — Argentina — peronismo sem Péron	30\$00
5 — Ecologia contra Poluição	30\$00
6 — Emigração — problema multinacional	30\$00
7 — A Sociedade de Consumo	30\$00
8 — Ainda Há Índios?	30\$00
9 — Espionagem Política — Watergate, etc.	30\$00
10 — As «Guerras» do Petróleo	30\$00
11 — Velhice e Morte	30\$00
12 — Psiquiatria e Antipsiquiatria	30\$00
13 — Delinquência — mal sem remédio?	30\$00
14 — Países Ricos e Países Pobres	30\$00
15 — As Empresas Multinacionais	30\$00
16 — A Crise da Energia	30\$00
17 — Automóvel — paraíso perdido!	30\$00
18 — Comer — perigo de morte?	30\$00
19 — Inflação — mal universall	30\$00
20 — O 25 de Abril na Imprensa Estrangeira	30\$00

COL. UNIVERSIDADE MODERNA, N.º 1

JEAN-PIERRE LASSALE

INTRODUÇÃO À POLÍTICA

3.^a EDIÇÃO



65\$00

Colecção

Viragem

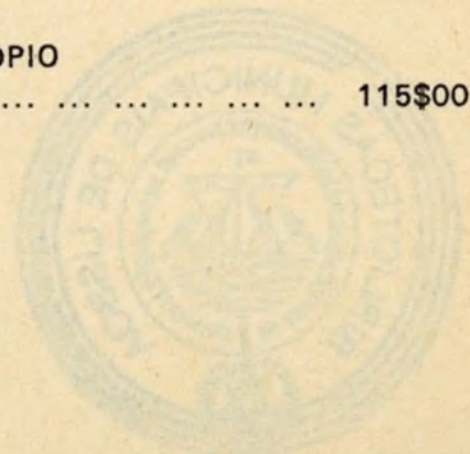
Polémicos ou inconformistas são qualificações que se justificam para os livros desta colecção. Livros discutíveis, portanto, e que não queremos deixar de anunciar como tais.

- | | |
|---|----------|
| 1 — ESCUTA, ZÉ NINGUÉM
Wilhelm Reich | Esgotado |
| 2 — A ALTERNATIVA — MODIFICAR O MUNDO E A VIDA
Roger Garaudy | 90\$00 |
| 3 — LIBERTAR O FUTURO
Ivan Illich | 80\$00 |
| 4 — O RACISMO AO VIVO
Margaret Mead e James Baldwin | 95\$00 |
| 5 — OS LIMITES DO CRESCIMENTO
Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jorgen Randers
e William W. Behrens III | 95\$00 |
| 6 — POLÍTICA SEXUAL
Kate Millet | 95\$00 |

Colecção

Os Homens e a História

- | | |
|--|---------|
| 1 — A PARTILHA DA ÁFRICA
Henri Brunschwig | 55\$00 |
| 2 — TROTSKY E O TROTSKISMO
Jean-Jacques Marie | 55\$00 |
| 3 — QUANDO HITLER ATACOU A LESTE
Pierre Rondière | 90\$00 |
| 4 — A REVOLUÇÃO RUSSA DE 1917
Marc Ferro | 60\$00 |
| 5 — OS CONQUISTADORES DA AMÉRICA
Ruggiero Romano | 55\$00 |
| 6 — AUSCHWITZ — Anatomia de um campo de concentração
Léon Poliakov | 75\$00 |
| 7 — A LONGA REVOLUÇÃO
Edgar Snow | 90\$00 |
| 8 — A VERDADEIRA GUERRA DO ÓPIO
Catherine Lamour e M. R. Lamberti | 115\$00 |





EDIÇÃO 73 I 362

Este livro acabou de se imprimir
em 7 de Setembro de 1974
nas oficinas de
Guide - Artes Gráficas, Lda.
para
Publicações Dom Quixote
Rua Luciano Cordeiro, 119 — LISBOA

novos cadernos d. quixote

O «25 de Abril» trouxe Portugal para as primeiras páginas da grande imprensa de todo o mundo. Os mais importantes órgãos de informação internacionais já vinham, aliás, a debruçar-se mais assídua e atentamente sobre a situação no nosso país desde o levantamento das Caldas da Rainha, ou talvez mesmo, mais precisamente, desde a publicação do livro **Portugal e o Futuro**, do general António de Spínola. Qual a ideia que essa imprensa estrangeira faz do que em Portugal se vai passando?

É claro que apenas se pretendeu dar uma pista do que no estrangeiro se escreveu.

A par da análise fundamentada e lúcida o discutível, o leitor irá encontrar, nalguns dos déficiências de informação, pormenor que com um dos motivos de interesse deste Caderno.

Sabendo-se como se sabe que o que se passa em qualquer país do mundo não pode deixar de sofrer as incidências das relações internacionais, conhecer o que disse a imprensa estrangeira do «25 de Abril» não será, para os leitores dos Novos Cadernos Dom Quixote, curiosidade gratuita.

141732



O 25 DE ABRIL NA IMPRENSA ESTRANGEIRA